

Políticas públicas no século XXI:  
Políticas museológicas e políticas de  
promoção de igualdade racial no Brasil

Maristela Simão

Maristela Simão

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO SÉCULO XXI:  
POLÍTICAS MUSEOLÓGICAS E POLÍTICAS DE  
PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Graduação em Museologia da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Bacharel em Museologia

Orientador: Prof<sup>a</sup> Msc. Luciana  
Silveira Cardoso

Coorientador: Prof. Dr. Paulino de  
Jesus Francisco Cardoso

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

Simão, Maristela

Políticas públicas no século XXI: Políticas museológicas e políticas de promoção de igualdade racial no Brasil / Maristela Simão; orientadora, Luciana Silveira Cardoso; coorientador, Paulino de Jesus Francisco Cardoso. - Florianópolis, SC, 2016.

111 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Museologia.

Inclui referências

1. Museologia. 2. Políticas Públicas. 3. Afro Brasileiros. 4. Museus. I. Cardoso, Luciana Silveira. II. Cardoso, Paulino de Jesus Francisco. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia. IV. Título.

Maristela Simão

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO SÉCULO XXI:  
POLÍTICAS MUSEOLÓGICAS E POLÍTICAS DE  
PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL NO BRASIL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Museologia”, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Museologia

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2016.

---

Prof<sup>ª</sup> Msc. Luciana Silveira Cardoso  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof<sup>ª</sup> Msc. Luciana Silveira Cardoso  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.º Dr.º Paulino de Jesus Francisco Cardoso  
Coorientador  
Universidade do Estado de Santa Catarina

---

Maurício Rafael  
Fundação Catarinense de Cultura



Ao Angelo...



Eles são janelas, portas e portais; eles poéticos entre a memória e o esquecimento, entre o eu o outro; eles políticos entre o sim e o não; entre o indivíduo e a sociedade.

(Mario Chagas, 2007)





## RESUMO

O estudo que se apresenta pretende compreender as políticas públicas voltadas para os Museus e suas interfaces com as políticas de promoção de igualdade racial, voltadas para populações afro-brasileiras no Brasil, com foco no século XXI. Buscamos identificar o que se entende por políticas públicas no país e entender, também, as Políticas para Museus, levantando e discutindo seus marcos históricos e legais, como a Política Nacional de Museus, a criação do IBRAM, o Sistema Brasileiro de Museus, Sistema Estadual de Museus, o Estatuto de Museus, o Plano Nacional de Museus e outras ações de formação que contribuíram para consolidação dessas políticas no país. Assim como às políticas que envolvem as populações afro-brasileiras e seus avanços ao longo dos anos, apresentando e discutindo o processo histórico de construção dessas políticas, o envolvimento da sociedade organizada, como os movimentos negros, e de algumas personalidades, além de instituições como universidades e centros de estudos. Buscamos, também, fazer uma cartografia dos marcos legais, como a Política Nacional de Promoção de Igualdade, a Lei 10.639/03, o Estatuto de Igualdade Racial, o Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial e a Lei de Cotas nas Universidades Brasileiras e serviços públicos, entre outros. E, para finalizar o raciocínio, objetivamos compreender como essas políticas vem conversando e divergindo, e entender a interface das políticas de promoção de igualdade racial nas políticas de Museus, seus distanciamentos, entrelaçamentos, possíveis articulações e seus reflexos na construção das identidades no Brasil.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas – Afro-Brasileiros – Museus



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estados com Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Museologia.....	57
Figura 2: Xango n. 2.....	86
Figura 3: Senhora com crianças. ....	87
Figura 4: Retrato de Solano Trindade .....	87
Figura 5: Cartaz de divulgação da 7ª Primavera dos Museus.....	93



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fundações e autarquias do MinC .....	43
Tabela 2: Cronologia da Museologia no Brasil.....	48
Tabela 3: Princípios adotados na orientação da Política Nacional de Museus .....	51
Tabela 4: Investimento no campo museal 2001-2013 .....	55
Tabela 5: Cursos de Graduação em Museologia .....	56
Tabela 6: Edições do Fórum Nacional de Museus .....	58
Tabela 7: Edições da Semana Nacional de Museus .....	59
Tabela 8: Edições da Primavera dos Museus e Guias de Programação	60
Tabela 9: Distribuição da população por renda e raça ou cor .....	65
Tabela 10: Políticas de Museus e Promoção de Igualdade Racial .....	93
Tabela 11: Disciplinas sobre a temática Africana e Afro-Brasileira nos Cursos Graduação em Museologia em 2015.....	95



## SUMÁRIO

Introdução .....	17
Capítulo 1 – Políticas Públicas no Brasil .....	35
Capítulo 2 – Políticas Públicas e os Museus no Brasil.....	45
Capítulo 3 – Políticas Públicas e Populações de origem africana .....	63
Capítulo 4 – Tecendo elos: Políticas Públicas, Museus e Promoção da Igualdade Racial.....	81
Considerações Finais .....	97
Referências Bibliográficas .....	101





## INTRODUÇÃO

A proposta de estudo que se apresenta pretende compreender as políticas públicas voltadas para os Museus e suas interfaces com as políticas de promoção de igualdade racial, voltadas para populações afrodescendentes no Brasil.

Nessa perspectiva, concordamos que a sociedade brasileira é constituída por diferentes grupos que a caracterizam, em termos culturais, como uma das mais ricas do mundo. Entretanto, sua história é marcada por desigualdades e discriminações, especificamente quando tratamos das populações de origem africana e indígenas, e outras chamadas minorias, impedindo, desta forma, seu pleno desenvolvimento econômico, político, cultural e social.

Nos últimos anos, no entanto, e em especial na última década, o Brasil tem concentrado esforços no sentido de reverter esse processo, a partir da construção de políticas públicas específicas para esses segmentos, além de várias iniciativas que contemplem os direitos dessas populações. Entretanto, pensar essas políticas, suas aplicações e implicações na sociedade, passa por diversos embates e debates, com diversos interesses.

Nesse sentido, pesquisadores, ativistas e educadores vem pautando suas ações no sentido de implementar políticas públicas em busca de igualdade e respeito à diversidade. A luta antirracista se dá em diversos cenários. É necessário perceber que atitudes e comportamentos, em especial nos meios de comunicação, espaços culturais, museus e nas escolas, são potentes ferramentas para a propagação das ideias.

Assim, como principal marco legal, aponta-se, no que tange às populações de origem africana no Brasil, a Lei 10.639/03. (BRASIL, 2003) Tal lei caracteriza a importância do Ensino da Cultura e História Africana e Afro-brasileira estarem presentes nos currículos oficiais de ensino, modificando o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), (BRASIL, 1996) tornando obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as unidades de educação. Em março de 2008 a Lei nº 11.645/08, modifica a Lei 10.639/03 incluindo nela a temática indígena. (BRASIL, 2008) Tendo respaldo no Parecer, entendemos que tal lei se estende aos espaços ditos de educação não formal, como museus, por exemplo. (BRASIL, 2004)

Em parecer às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, sua relatora, Conselheira Petronilha Gonçalves e Silva, afirma:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Trata-o, da política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros (BRASIL, 2004, p. 10)

Neli Góes Ribeiro argumenta que durante muito tempo o tema das relações raciais foi silenciado em nome do mito da democracia racial inculcado ao povo brasileiro. Nos séculos desde o início da colonização europeia no Brasil, sempre houve grande permissividade em relação ao racismo e a práticas discriminatórias com relação às populações de origem africana e descendentes. Mais do que isso, há episódios de uma clara postura legal ativa do país nessa direção. (CARDOSO, 2008)

Dentro deste esforço, ganha destaque a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em julho de 2010, que tem como objetivo “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. (BRASIL, 2010)

um dos efeitos da chamada “democracia racial brasileira” foi a folclorização das manifestações culturais afro-brasileiras, sua cristalização num passado distante e a-histórico e o apagamento de suas contribuições para a cultura e história afro-brasileiras. Esse ocultamento da diversidade étnico-racial brasileira impediu que a comunidade afro-brasileira tivesse acesso às suas memórias, à sua história e ao seu patrimônio. (ZUBARAN; SILVA, 2012, p. 132–133)

Esse cenário de invisibilização e segregação também se dá no campo do patrimônio cultural. A partir da abrangência destas práticas, grande parte deste patrimônio acaba por se construir e se alicerçar em processos desiguais, sendo muitas vezes excluído dos registros e das iniciativas de apoio governamentais. Como resultado temos, muitas vezes, dentro da museologia e dos museus nacionais, a presença destas populações apenas no aspecto passivo e/ou negativo, como em situações de submissão ou escravidão. A partir dos movimentos sociais e das lutas pela igualdade, no entanto, a memória de populações de origem africana tem sido, ainda que a passos curtos, incorporada à memória e história nacional, incluindo-se aqui o próprio movimento por essas conquistas. (FREITAS; SILVA; FERREIRA, 2006)

Esse processo de reconhecimento e valorização da diversidade dentro das políticas de preservação do patrimônio é um importante indicador da maneira que as questões de identidade são tratadas no país, passo fundamental e inescapável no caminho de construção de uma democracia cada vez mais robusta e abrangente. Para Fonseca

Reconhecer em que ponto essas políticas se encontram no Brasil é delinear um quadro claro dos avanços e lacunas que envolvem a questão da identidade nacional, em especial no caso da cultura afro-brasileira. Hoje, quando se firma entre nós o conceito ampliado de patrimônio, salta aos olhos como a imagem construída pela política de patrimônio ‘conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos’ no Brasil, ainda estaria ‘longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado’. (CASTRIOTA; RESENDE, 2010, p. 201)

A formação desta memória e deste processo perpassa um processo histórico significativo que foi, portanto, construído. Desta forma, surge a necessidade de se conhecer e aprofundar as discussões sobre a relação entre patrimônio, memória, identidade, representação e os museus a partir dos processos constituintes do campo museal e das instituições museológicas no país.

O ato de criação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, Lei 11.906 de 20 de janeiro de 2009, no art. 2º entende por instituições museológicas

I – as instituições museológicas: os centros culturais e de práticas sociais, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer (BRASIL, 2009a)

### Segundo Rafael Oliveira,

As organizações museológicas estão inseridas num campo próprio denominado museal, onde valores, práticas e discursos específicos são reconhecidos. Também fazem parte deste campo outros atores sociais que em determinado momento mantêm uma relação de dependência mútua, compartilham o mesmo sistema de valores e estão sujeitos aos mesmos processos regulatórios. (OLIVEIRA, 2007, p. 38)

Assim, além dos museus, outros atores também podem integrar o campo museal, como as universidades, profissionais, financiadores, sociedade civil organizada e o Estado. Como atores sociais, estes integram e configuram não só as políticas de museu, mas também são atores diretos de outras políticas, como as de promoção de igualdade racial que aqui se pretende investigar.

Como duas importantes vertentes da ação do Estado, as políticas públicas para os museus e as políticas públicas para as ações de promoção da igualdade racial acabam por se entrelaçar. Para entender de forma mais efetiva a atuação do Estado e da Sociedade nestas questões devemos buscar compreender como essas políticas vem conversando e divergindo, e entender a interface das políticas de promoção de igualdade racial nas políticas de Museus, seus distanciamentos, entrelaçamento e possíveis articulações.

No âmbito dos museus, as ações afirmativas implicam o reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro e a construção de novos projetos museais e expositivos, que respondam ao silêncio e a exclusão com que a memória e a história dos afrodescendentes têm frequentemente

sido tratada nos museus brasileiros. De outro lado, a investigação das memórias, da história e da cultura da comunidade negra não são assuntos que dizem respeito apenas às populações negras, mas constituem-se em um tema que interessa a toda sociedade brasileira, na medida em que contribuem na desconstrução de preconceitos e estereótipos étnico-raciais, no combate ao racismo e à discriminação étnico-racial. (MACHADO, 2013, p. 11)

É tendo estas premissas como ponto de partida que nos propomos a investigar o papel dessas políticas públicas do Estado e sua atuação na temática. A partir do estudo das políticas de caráter museológico e de museus e as políticas de promoção de igualdade racial, possíveis articulações, conexões e limitações. Através do estudo de documentos institucionais, publicações, pesquisas e outras atividades características dos museus buscamos auxiliar na compreensão da atuação destas instituições no Estado, tendo como foco sua atuação na construção deste cenário.

A escolha do tema traduz a trilha acadêmica, profissional, cidadã e política que venho traçando desde a graduação em História, onde tive a oportunidade de fazer parte da equipe do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/NEAB-UDESC desenvolvendo, como bolsista de extensão e pesquisa, trabalhos visando sempre a formulação e aplicação de políticas de ações afirmativas para as populações de origem africana. Pretendo, assim, dar continuidade à discussão que tenho feito em toda minha trajetória acadêmica. Busco deste modo, agora no viés da museologia, ampliar as discussões e questionamentos sobre a temática dialogando com as políticas de caráter museológico e de ação afirmativas.

Para isto, e com as hipóteses e diretrizes metodológicas apresentadas acima, partimos para uma revisão da bibliografia especializada, buscando identificar o que se entende por políticas públicas principalmente no Brasil. Procuramos entender, também, as Políticas para Museus, levantando e discutindo seus marcos históricos e legais, como a Política Nacional de Museus, a criação do IBRAM, o Sistema Brasileiro de Museus, Sistema Estadual de Museus, o Estatuto de Museus, o Plano Nacional de Museus, editais de fomentos e eventos realizados na área com destaque para os Fóruns de Museus, Primavera

de Museus e Semanas de Museus e outras ações de formação que contribuíram para consolidação dessas políticas. Assim também com as políticas que envolvem as populações afros e seus avanços ao longo dos anos, apresentando e discutindo o processo histórico de construção dessas políticas, o envolvimento da sociedade organizada, como movimentos negros, e de algumas personalidades, e instituições como universidades. Buscamos, também, fazer uma cartografia dos marcos legais, como a Política Nacional de Promoção de Igualdade, a Lei 10.639/03 – que inclui nos currículos escolares a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, o Estatuto de Igualdade Racial, o Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial, a Lei de Cotas nas Universidades Brasileiras e serviços públicos, entre outros.

Não podemos deixar de ressaltar o valioso conjunto de fontes já publicadas por pesquisadores, disponibilizadas nas bibliotecas e arquivos virtuais ou físicos. Vale ressaltar a Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade do Estado de Santa Catarina, onde podemos encontrar bibliografia atualizada sobre o assunto.

Também os métodos utilizados por essa investigação pretendem, da melhor maneira, convergir no sentido da construção de uma interpretação possível, da história de um determinado tempo, espaço e em especial uma história das pessoas e suas identidades. Levando em consideração a reflexão de Ginzburg,

As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção [...] não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompassível com os desmentidos infligidos pelo princípio da realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível. (GINZBURG, 1989, p. 144 e 167)

## REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Ao optar por um tema que, como ademais todo tema que seja observado com mais afinco, responde a uma discussão por vezes acalorada, por vezes alvo de interesses dos mais diversos; tema esse antes de tudo amplo e abrangente, tem-se a necessidade de tentar traçar de maneira clara o referencial teórico-metodológico que se busca como auxílio para a construção das concepções apresentadas. Esses marcos teóricos, no entanto, encontram-se presentes ao longo de todo trabalho, pois partimos da premissa que esses conceitos se articulam, por vezes se complementam e se retroalimentam, à medida que as reflexões são tecidas.

O presente trabalho está alicerçado nas concepções da Sociomuseologia e a preocupação com a Museologia Social, onde os conceitos de cultura, memória, identidade e representação são buscados para embasar de forma crítica e consistente as discussões e nossa prática museológica. E para compreender essas questões específicas à temática referente às políticas de promoção de igualdade racial e as populações de origem africana, além dos citados, são utilizados conceitos como cotidiano, experiência, tradição, negro, afrodescendente, nação, étnico, diáspora, raça, racismo, e como outros colaboram para o entendimento das questões apontadas como base do trabalho.

Diante dos novos desafios que a sociedade apresenta, às instituições museais, estudos têm apontado novas interpretações que objetivam auxiliá-las na consecução de seus objetivos. O museu e a museologia buscam, deste modo, trazer para o seu interior o contexto social no qual se inserem. É neste sentido que estas instituições têm se aberto às condições do mundo que lhe é exterior e buscam esclarecer e melhor compreender conceitos, relações e noções que lhe dão sustentação, tanto como forma de se aprimorar como de justificar sua existência. Assim a Sociomuseologia, resultado destes novos questionamentos, contribui para que se responda às novas questões que a sociedade contemporânea lhe impõe.

A Sociomuseologia constitui-se assim como uma área disciplinar de ensino, investigação e actuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas [...] A abordagem multidisciplinar da Sociomuseologia visa consolidar o reconhecimento da museologia como



recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e económica. A Sociomuseologia assenta a sua intervenção social no património cultural e natural, tangível e intangível da humanidade. (MOUTINHO, 2007, p. 1)

Mais do que a construção de sua área específica de atuação, como fazem outras áreas do conhecimento, a Sociomuseologia tem sua importância na articulação de diferentes campos, entre conhecimentos estabelecidos e a própria museologia. De modo crescente a atuação das instituições museais busca reconhecer sua responsabilidade em processos e dinâmicas sociais, em especial como ferramenta da cultura e da diversidade, do conhecimento e do desenvolvimento.

Nesse seu esforço, é indispensável reconhecer que a participação em suas decisões não pode ficar restrita a um único grupo social, mas deve refletir o esforço pela participação social, em níveis individuais e coletivos. Essas novas possibilidades de atuação, e as responsabilidades que dela advém, exigem a formação de um novo profissional. Segundo a Declaração de Lisboa,

Os programas de formação museológica devem preparar formandos, a todos os níveis, para desempenharem mais elevados papéis de liderança, estimulando a investigação intelectual, a interacção imaginativa, e soluções corajosas para aplicar a práticas e actividades museológicas, bem como transmitindo um senso de responsabilidade ética, profissional e social. (COMISSÃO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PESSOAL DE MUSEUS, 1994)

Antes desta ampliação do espectro, a atuação da museologia foi vista como restrita ao desenvolvimento das coleções. Com o avanço de alguns estudos, essa interpretação tem sido questionada, cedendo espaço para a interpretação de que essa atuação pode agir no sentido do desenvolvimento da sociedade em que se encerra. É justamente no espaço entre essas duas interpretações que se insere a Sociomuseologia.

Sua atuação é marcada pela abertura do conhecimento à influência de outras áreas, que possam contribuir com interpretações que

inovem e expandam seus limites e objetivos. Mais do que isso, busca abarcar em sua atuação as diversas populações, utilizando-se para isso de novos meios e possibilidades, além de modernos modos de gestão que permitam a participação dos diversos atores e usuários.

Entre as iniciativas tomadas no Brasil, também encontramos as alinhadas com os novos paradigmas que ascendem dentro da museologia. Já no ano de 2003 a Política Nacional de Museus preconizava entre seus objetivos

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003)

Mais recentemente, a Declaração da Cidade de Salvador aprofunda a discussão,

compreendendo os museus como instituições dinâmicas, vivas e de encontro intercultural, como lugares que trabalham com o poder da memória, como instâncias relevantes para o desenvolvimento das funções educativa e formativa, como ferramentas adequadas para estimular o respeito à diversidade cultural e natural e valorizar os laços de coesão social das comunidades ibero-americanas e a sua relação com o meio ambiente. (...)buscando assegurar que os museus sejam territórios de salvaguarda e difusão de valores democráticos e de cidadania, colocados a serviço da sociedade, com o objectivo de propiciar o fortalecimento e o e a manifestação de identidades, a percepção crítica e reflexiva da realidade, a produção de conhecimento, a promoção da dignidade e oportunidades de lazer. (ENCONTRO IBEROAMERICANO DE MUSEUS, 2007)

Não só as mudanças em seu próprio modo de agir e em seus referenciais condicionam a atuação do museu. Algumas modificações na sociedade representam também novos desafios à sua atuação. Com um público cada vez mais acostumado a lidar com grandes quantidades de informação, qualquer exposição deve contar com níveis múltiplos de discursos, ao mesmo tempo mais complexos e diversos.

Para além de novos caminhos teóricos e institucionais, tais mudanças no fazer museológico exigem também mudanças em todos os níveis da atividade. Uma preocupação maior com as pessoas e com as dinâmicas da sociedade pressupõe uma sensibilidade maior para determinadas questões. Segundo Moutinho:

A prática museológica não é focada na existência das coleções de objetos socialmente reconhecidos como raros, mas na existência de outro tipo de “coleções”, construídas a partir de uma herança identitária, dos caminhos e questões de cada ser humano. Em tempos de paz e de guerra, assim como de riqueza e pobreza. E essa Museologia do Social é certamente mais complexa, uma vez que trabalhar com pessoas requer competências humanas e profissionais diversas das competências necessárias àqueles que trabalham com objetos. [...] Isto pode ser reconhecido em uma museologia democratizada, onde, talvez, o principal elemento seja o direito a ser diferente, junto com a rejeição de modelos hierárquicos autoritários. (MOUTINHO, 2011a, p. 22–23)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Tradução da autora. No original: “the museological practice is not focused on the existence of collections of objects socially recognized as rare, but rather in the existence of another type of “collections”, made up of the identity heritage, by the paths and problems of each human being. In times of peace and of war, as well as of wealth and of poverty. And this Museology of the Social is certainly more complex, since working with people requires human and professional competencies different from the competencies of those who work with objects. [...] It can be recognized in a democratized museology where perhaps the main element is the right to be different, together with the rejection of authoritarian hierarchical models.” (MOUTINHO, Mário. *The contribution of Ecomuseology and Sociomuseology for Social Harmony*. Curso de Estudos Avançados em Museologia. Salvador: ABM, 2011. p. 22-23.)

Neste sentido buscamos compreender a nossa prática museológica a partir da experiência cotidiana, que de algum modo une e configura, assimetricamente, os diversos atores nesse processo de ensino-aprendizado. Cotidiano que, segundo Maria Odila Leite Dias, deixa de ser pensado como o lugar do repetitivo, mas que nos possibilita apreender as dimensões postas da luta do dia-a-dia. (LEITE, 1998)

Ainda nesta linha, procuramos entender a dimensão do cotidiano como um lugar no qual as práticas dos miseráveis se estabelecem dentro de uma dimensão política. Michel De Certeau, filósofo francês, ressalta, ainda, a importância do esmiuçar das práticas de sobrevivência como um exercício de resistência, indicando como uma constante reinvenção das táticas e subterfúgios, o que ele coloca como “cotidiano improvisado”. (CERTEAU, 1994)

Já a professora Maria Odila Dias Leite aborda o estudo do cotidiano como “uma frente ampla de áreas multidisciplinares e [que] envolve uma estratégia de questionamentos e de crítica da cultura. Atualmente representa nas humanidades uma confluência importante de perspectivas transdisciplinares do conhecimento contemporâneo”. (DIAS, 1998, p. 223)

Nesse sentido parece apropriado utilizar-nos do conceito de cultura defendido por Clifford Geertz, tratando a cultura como algo essencialmente semiótico. Geertz, ao defender este conceito diz acreditar “como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e a sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, a procura de um significado.” (GEERTZ, 1996, p. 15) Essa noção nos permite perceber estas relações como uma teia presente de forma difusa, e ao mesmo tempo entrelaçada na sociedade brasileira, abrindo espaço para a atuação do indivíduo como definidora dessas relações sociais.

A partir da década de 1990, a luta anticolonial e a luta das minorias em alguns países deram origem a uma linha de crítica radical da cultura contemporânea, indo na direção da reformulação das práticas do conhecimento humanístico. Vários autores buscaram questionar o papel da cultura ocidental em pensar, e julgar, outros referenciais culturais. Suas considerações nos auxiliam a debater questões como “raça”, “identidade”, “etnia”, “nação” e “tradição”, entre outros. (APPIAH, 1996; GILROY, 2001; HALL, 2009; SAID, 2007)

No entanto, ainda é perceptível que as ideias que dão base a discursos e narrativas de construção de memórias, identidades ou culturas estão profundamente ligadas às questões de contradições, de disputa pela hegemonia e competições políticas e sociais. Em diferentes lugares e períodos, a tentativa de solidificação de uma versão dessa memória tem sido pauta principal de movimentos políticos, em especial em situações de disputa pelo poder entre movimentos de matizes ideológicos antagônicos. Sob certa perspectiva, essa construção foi um dos mais importantes campos de disputa, em especial na segunda metade do século XX.

Vários pesquisadores percebem uma capacidade de construção identitária positiva, uma ferramenta de coesão, nessa interpretação de memória coletiva, no que poderia ser encarada como uma possibilidade de ponto de união, em especial dentro dos Estados. Para Pollak

Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva". Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva. (POLLAK, 1989, p. 3)

Essa aproximação das questões coletivas de memória, no entanto, pressupõe certos aspectos de coesão e pacificidade que são, posteriormente, profundamente questionados. A obra de Halbwachs, em especial "A memória coletiva", publicada postumamente na década de 1950, vem dentro do contexto de pertencimento nacional de sua época. (HALBWACHS, 1990) Desde a publicação da obra, no entanto, podemos observar a emersão de questionamentos às ideias de pertencimento e identidade, em especial o que Homi Bhabha chama de "uma ambivalência particular que assombra a ideia de nação"<sup>2</sup> (BHABHA, 1990, p. 1)

---

<sup>2</sup> Tradução livre do original: "a particular ambivalence that haunts the idea of the nation"

Assim, na esteira de movimentos como a independência de Estados em África e Ásia ou a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, ideias de unicidade identitária dentro das histórias nacionais passam a ser questionadas. Alicerçado principalmente no conceito de multiculturalismo, esta interpretação entende a tentativa de construção de uma narrativa única como um fenômeno eminentemente violento, que exige a invisibilização de largas parcelas da população. Segundo Hall

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensa-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. (HALL, 2006, p. 62)

A partir dessa inversão, portanto, novas narrativas vêm à tona, e histórias e interpretações que antes não encontravam espaço passam a assumir novas dimensões. Esse movimento, no entanto, traz novos problemas. Com o abandono da ideia de um pertencimento geral, irrestrito e inquestionável a uma nacionalidade, passa-se a questionar os reiterados esforços empreendidos para a construção dessa ideia.

Esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. [...] Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (POLLAK, 1989, p. 4)

A chegada destes novos tópicos adiciona um novo nível de complexidade à história e a construção da identidade. Iniciativas e atitudes antes valorizadas passam a se apresentar como conflitantes, e surgem relatos que questionam narrativas já cristalizadas. Em especial

dentro das grandes histórias nacionais, importantes marcos quando se discute uma memória coletiva, eivadas de momentos de conflito e violências e agressões a grupos ou indivíduos, antes esquecidas, emergem, e a tênue estabilidade até então construída se vê ameaçada.

No entanto, o principal problema que surge dessa mudança de perspectiva é o grande arcabouço de narrativas que pode ser explorado. Eventos, dinâmicas e processos, antes monolíticos, permitem agora uma miríade de novos sujeitos, e várias áreas do conhecimento encontram ali novo lugar de estudo. A quebra dessa falsa homogeneidade permite, acima de tudo, que se avance no conhecimento, e que se busque a valorização de uma diversidade que pode ser entendida como a principal força de qualquer sociedade.

Miriam Sepúlveda dos Santos chama atenção

que a memória pode ser um instrumento de dominação, tal qual o esquecimento. Muitas vítimas de violência e situações traumáticas tem denunciado o uso da memória desses episódios como forma de controle e submissão. A luta aqui não é, portanto, necessariamente a luta da memória contra o esquecimento. E se a memória estiver sendo reduzida a abusos da história e cultivo de comemorações? (SANTOS, 2003, p. 31)

Ainda argumenta,

Para alguns, a perda memória é uma das grandes ameaças do mundo moderno. A partir do fim da tradição oral e do surgimento da escrita, passamos a nos confrontar com a perda de transmissão de conhecimento e valores entre gerações. A memória, que é transmitida por textos, objetos, predas e máquinas, traz apenas traços do que foi o passado. Para outros, entretanto, a quebra dos vínculos com a tradição proporciona aos indivíduos uma vontade imbuída de força inovadora jamais vivenciada anteriormente. Em ambos os casos, lutar pela memória pode significar a conquista da liberdade, pois tanto a consciência de historicidade, quanto a construção do passado por atores do presente apontam novas possibilidades de ação. Mas, sabemos, também, que a memória nem sempre se associa a

movimentos pela liberdade; ela pode ser responsável por coerções, exclusões e toda a sorte de controle social. (SANTOS, 2003, p. 31)

As discussões sobre identidade são mais evidentes, no Brasil, quando falamos das populações de origem africana, sejam eles africanos ou afro-brasileiros. As discussões sobre a África enquanto um legado cultural, social e espiritual, tendo em vista o processo histórico e político vivido pelo Brasil, a despeito de parte daquilo que ficou soterrado em relação à cultura desse continente, vem à tona com toda força nos últimos anos, principalmente com implementação Lei 10.639/03.

A experiência da escravidão, dos fluxos e das trocas interculturais atlânticas, defende Paul Gilroy, deve ser parte integrante dos estudos das culturas e identidades formadas na América. Essa visão seria uma perspectiva transnacional e intercultural, produzida através da diáspora. (GILROY, 2001)

O conceito de diáspora, apesar de sua origem, não é aqui empregado dentro de uma ideia de um retorno redentor de uma dispersão. Ela representa, sim, um processo de reconstrução de um pertencimento, uma redefinição cultural e histórica, além da ideia de transformação, mudança e deslocamento. As identidades, nesse contexto, são criadas, junto ao elo que liga o sujeito ao seu local de origem. Não são, portanto, fixas essas identidades. Segundo Stuart Hall, dependem de um “conjunto de posições de identidade”, (HALL, 2006, p. 34) variando conforme a pessoa, o momento e o contexto. Se tornam assim mais políticas que antropológicas, mais escolha que destino. Diz ainda o autor que: “cada uma dessas histórias de identidade está inscrita nas posições que assumimos e com as quais nos identificamos. Temos de viver esse conjunto de posições de identidade com todas as suas especificidades.” (HALL, 2006, p. 433)

Essas identidades criadas ou reinventadas não podem ser entendidas como assimilação, pois são resultado de processos históricos que não ocorrem em mão única. Ao mesmo tempo são resultado de uma relação desigual, pois inserida em relações de poder, dependência e subordinação, marca sempre presente do colonialismo.

Se a literatura e os processos políticos apressam-se em negar a existência de “raças” no sentido biológico – falácia que tem servido de base a crimes e construções pseudocientíficas – a busca de conceitos que permitam caracterizar um grupo tão diverso não tem sido tarefa fácil. A busca de soluções tem apontado para conceitos como a



“afrodescendência”, que, se não resolvem todas as questões envolvidas, permitem a construção de um entendimento nas discussões sobre a temática. Para Cardoso:

O termo afrodescendência, por sua vez, expressa um longo debate tanto com o que existe de melhor na historiografia acadêmica sobre as experiências dos africanos e seus descendentes no Brasil escravista e sua crítica a uma visão racista desta história por parte dos intelectuais de origem africana. [...] a racialização das populações de origem africana no Brasil é recente e fruto do esgotamento das antigas formas de classificação social e da cultura escravista que as instituiu. Igualmente, [...] ela expressa a crescente popularidade a partir da segunda metade do século XIX dos discursos racistas científicos originados na Europa. Discursos que reelaborados para as tristes condições do país, forneceu em um quadro de crescente questionamento da instituição escravista, de uma reatualização das hierarquias sociais gestadas no cativeiro. A cor associada à classificação social possui matrizes historicamente distintas ao longo da história brasileira o que nos impede de lançar mão dela indiscriminadamente para qualquer tempo e espaço sem correremos o risco de anacronismo. (CARDOSO, 2013)

Enquanto para outros lugares a questão da identidade tenha sido superado, nos discursos sobre a África muitas vezes a ideia de uma ligação inata dentro de seu território continua presente. Ainda que seja possível creditar parte desta permanência às necessidades da luta política por direitos na diáspora, uma compreensão realmente profunda destas questões exige a superação desses ideais. Cardoso continua:

Por outro lado [...] grande parte do discurso pan-africanista tem origem nas mesmas fontes nacionalistas que deram origem a várias formas de racismo, xenofobia e intolerância, na medida em que mobiliza os mesmos valores centrais no nacionalismo europeu do séc. XIX: história, religião, língua, cultura e raça. A pergunta que precisamos nos fazer é se precisamos continuar

presos aos marcos intelectuais do século XIX. Se necessitamos imaginar a solidariedade entre africanos e seus descendentes como sendo natural e fruto de uma atribuição de valores morais a determinados grupos raciais? Para fugir do anacronismo e do racionalismo optamos por utilizar as categorias de população de origem africana e afrodescendentes como ferramentas de natureza descritiva para apreensão de realidades pretéritas. Elas nos permitem nos referir a totalidade dos africanos e seus descendentes sem a pretensão de ser expressão de identidade étnica ou uniformidade cultural. Ela nos permite discutir sobre fenômenos de longa duração que afetaram e afetam africanos e seus descendentes no país. Afrodescendência, ao contrário da negritude, não remete a uma identidade de natureza racista e totalitária. Ela enfatiza a pluralidade de experiências da diáspora africana no tempo e no espaço. (CARDOSO, 2013)

Assim, pensamos ser possível nos questionarmos sobre o papel ocupado pelas populações de origem africana nos discursos sobre a história e memória no Brasil. E questionarmos, também, conceitos de identidade e pertencimento que têm sido reiterados ao longo dos anos. Além disso, buscamos compreender as políticas públicas para os Museus e suas interfaces com as políticas de promoção de igualdade racial, voltadas para populações afro-brasileiras no Brasil, está estruturado em quatro momentos de reflexão, divididos, para fins didáticos, em quatro capítulos.

Em um primeiro momento buscamos identificar o que se entende por políticas públicas no Brasil, apresentamos também um histórico das políticas culturais e do Ministério da Cultura – onde estão subordinadas as autarquias que são responsáveis pela elaboração e implementação de políticas públicas para esses segmentos, incluindo o IBRAM para os Museus e a Fundação Palmares para a cultura afro – assim como da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR, responsável pelas questões relacionadas às políticas de promoção de igualdade racial, e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, esta alocada no Ministério da Educação.

Em um segundo momento, procuramos entender as Políticas para Museus, levantando e discutindo seus marcos históricos e legais, como a Política Nacional de Museus, a criação do IBRAM, o Sistema Brasileiro de Museus, o Estatuto de Museus, o Plano Nacional de Museus e outras ações de formação que contribuíram para consolidação dessas políticas. Destacamos também os processos e indivíduos envolvidos na construção e consolidação destas políticas.

No terceiro capítulo, focamos as políticas que envolvem as populações afro-brasileiras e seus avanços ao longo dos anos, apresentando e discutindo o processo histórico de construção dessas políticas, o envolvimento da sociedade organizada, como movimentos negros, e de algumas personalidades, como Abdias do Nascimento. Buscamos, também, fazer uma cartografia dos marcos legais, como a Política Nacional de Promoção de Igualdade, a Lei 10.639/03 – que inclui nos currículos escolares a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, o Estatuto de Igualdade Racial, o Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial, a Lei de Cotas nas Universidades Brasileiras e serviços públicos, entre outros.

E, para finalizar o raciocínio, no último capítulo, objetivamos compreender como essas políticas vem, se relacionando e entender a interface das políticas de promoção de igualdade racial nas políticas de Museus, seus distanciamentos, entrelaçamentos e possíveis articulações.

## CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais. (BRASIL, 2010)

Embora o Estado brasileiro, tenha permanentemente atuado através da execução – ou da falta de – políticas públicas, apenas em meados do século passado a área começou a emergir como um campo de estudos. Tratando-se de uma ampla gama de fenômenos, atos, normativas e manifestações, o conceito de políticas públicas pode ser bastante difícil de definir, afinal são muitos os processos que podem ser assim caracterizados. Para Celina Souza

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn, como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p. 24)<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> A autora se refere a: (DYE, 1984; LASSWELL, 1950; LYNN, 1980; MEAD, 1995; PETERS, 1986)

É a partir desta complexidade que atuam as políticas públicas. São instrumentos do Estado e da sociedade que interagem por meios políticos, sociais, culturais e econômicos, de modo que se colocam como um campo essencialmente interdisciplinar. Essas políticas, entretanto, precisam se consolidar como ferramentas, agindo em determinada situação e com objetivos específicos. Partem, normalmente, de normativas ou fluxos de decisão, e “desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas” (SOUZA, 2006, p. 25)

Essas políticas demonstram, assim, as áreas que concentram as prioridades dos Estados, e são constantemente modificadas no decorrer do tempo. Como não há maneira de atender a todas as pautas colocadas pela sociedade – até mesmo devido ao fato que muitas são contrárias umas às outras – os governos realizam escolhas, e dão prioridade a determinadas situações que querem ver solucionadas ou minoradas.

As políticas públicas exigem opções, hierarquias de prioridades, cronograma de ação e uma agenda social. Toda opção é seletiva, significa a inclusão e a exclusão de beneficiários, revelam os grupos e interesses capazes de influenciar o Estado e as instituições, no momento em que omitem, selecionam ou silenciam. Elas demonstram as disposições, os discursos e a capacidade de articulação dos atores, discursos e projetos que pretendem alcançar benefícios e modificar alguma situação. (RUBIM, 2011, p. 13)

Ainda que a participação da sociedade seja constante e desejável, a origem das políticas públicas, per se, é o Estado, através de seus governos ou estruturas, nos variados níveis. Embora recentemente muito se tenha falado sobre o encolhimento do Estado e uma globalização que limitaria a capacidade de ações dos governos, estas novas conjunturas não tiram dele a capacidade e responsabilidade de ação, embora a tornem progressivamente mais complexa.

Assim a abrangência, a importância e a forma de desenvolvimento das políticas públicas varia na medida da forma que Estado e sociedade tomam nos diferentes contextos. Em especial o tamanho que cada Estado assume e sua capacidade de interferir diretamente na sociedade desempenham importante papel, assim como o desenvolvimento de sua economia e de sua sociedade. Segundo Frey

Nos Estados Unidos, essa vertente de pesquisa da

ciência política começou a se instituir já no início dos anos 50, sob o rótulo de “Policy Science”, ao passo que na Europa, particularmente na Alemanha, a preocupação com determinados campos de políticas só toma força a partir do início dos anos 70, quando com a ascensão da socialdemocracia o planejamento e as políticas setoriais foram estendidos significativamente. Já no Brasil, estudos sobre políticas públicas foram realizados só recentemente. Nesses estudos, ainda esporádicos, deu-se ênfase ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas. (FREY, 2000, p. 214)

De forma geral, a instituição e o desenvolvimento de políticas públicas responde a determinados anseios da sociedade, vocalizados, normalmente, através de grupos definidos. Deste modo, servem para que o Estado remedie ou equalize situações determinadas, se tornando, no mais das vezes, um instrumento de atuação deste sobre a sociedade. Há assim uma via de mão dupla, que ao mesmo tempo que surgem de determinadas parcelas da sociedade também fazem o caminho oposto, e vão atuar no sentido de buscar construir um comportamento sobre um ponto determinado, que antes não existia. Daí também se compreende a natureza eminentemente polêmica de muitas políticas públicas, pois o Estado age para direcionar ações específicas, grande parte das vezes dentro de temas ainda em discussão pela sociedade. “O exame da vida de certas políticas setoriais, sobretudo as de caráter mais dinâmico e polêmico, não deixa dúvidas referentes à interdependência entre os processos e os resultados das políticas”. (FREY, 2000, p. 219)

Essa natureza divisionista, entretanto, é superada pela utilização das políticas públicas como ferramentas capazes de traduzir direitos difusos<sup>4</sup>. A base da sustentação da utilização dessas políticas é sua

---

<sup>4</sup> Direitos difusos são aqueles que se referem a parcelas da população, a grupos específicos, e não a um indivíduo que possa ser definido. São direitos “transindividuais (metaindividuais, supraindividuais, pertencentes a vários indivíduos), de natureza indivisível (só podem ser considerados como um todo), e cujos titulares sejam pessoas indeterminadas (ou seja, indeterminabilidade dos sujeitos, não há individualização) ligadas por circunstâncias de fato, não existe um vínculo comum de natureza jurídica” (ZANETTI JR., 2014, p. 2–3)

utilidade em tornar real e palpável noções antes abstratas. Talvez em nenhuma área essa característica seja mais visível do que na maneira que o Brasil tem enfrentado as questões referentes às relações etnicorraciais.

Com um passado que buscava invisibilizar qualquer tipo de discriminação ou racismo, ao mesmo tempo que reproduzia permanentemente um cenário imensamente injusto e segregacionista, a nação sempre sustentou um discurso de convívio exemplar entre as populações diversas, cristalizado na ideia de uma democracia racial, uma pretensa paz social que surgiria da ausência ou menor importância da questão étnico-racial nas relações sociais, econômicas e políticas no Brasil<sup>5</sup>. Ainda que desde 1988 a constituição asseverasse uma série de direitos, em especial o direito à igualdade de oportunidades, é apenas no início dos anos 2000 que as políticas públicas passam a tirar do papel e atuar no sentido de interromper o ciclo de discriminação que vinha se reproduzindo. Ainda que haja um caminho ainda muito longo a ser percorrido, o Estado Brasileiro, em seus diferentes níveis, passou a atuar de maneira sistemática e direta no sentido de tornar realidade os direitos básicos colocados pela constituição.

Como ferramenta de Estado, mais do que de governo, no entanto, as políticas públicas acabam encontrando dificuldades extras dentro da multiplicidade das estruturas de governo do país. A existência de vários níveis de poderes, órgãos e estruturas de governo acabam por dificultar a consolidação de políticas abrangentes, em especial diante das responsabilidades atribuídas a cada um desses agentes, que em alguns momentos se sobrepõem e em outros acabam por criar vácuos jurídicos.

Destaco aqui o fato de o status de ente federativo

---

<sup>5</sup> A expressão encontra sua origem nas discussões surgidas a partir da década de 1930, que buscavam encontrar novas formas de conhecer a História da formação brasileira, principalmente “Casa-Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre. (FREYRE, 1933). Embora seja construída a partir de algumas ideias presentes na obra, não pode ser atribuída diretamente ao autor. “Sem ter cunhado a expressão, e mesmo avesso a ela, já que evocava uma contradição em seus termos (as raças são grupos de descendência e, portanto fechados, ao contrário da democracia que ele pregava), mas grandemente responsável pela legitimação científica da afirmação da inexistência de preconceitos e discriminações raciais no Brasil, Freyre mantém-se relativamente longe da discussão enquanto a ideia de uma democracia racial permanece relativamente consensual, seja como tendência, seja como padrão ideal de relação entre as raças no Brasil” (GUIMARÃES, 2001, p. 152–153)

ter sido concedido também aos municípios. O Brasil é uma das poucas federações no mundo a fazer isto. O Estado brasileiro, dessa forma, divide a responsabilidade das políticas públicas entre os três entes do governo, descrito no artigo 23 da nossa Carta Magna. Aí residem não somente possibilidades interessantes, mas também diversos entraves na implementação dessas políticas. Exemplo disso é a dificuldade de coordenação por conta de má distribuição de recursos, de superposição de competências, e de competição ou falta de diálogo entre os entes de governo. (OLIVEIRA, 2013)

Essa igualdade criada entre os diferentes níveis (municipal, estadual e federal) contribui não só para que se torne mais difícil a implementação de políticas públicas, mas também que elas atinjam resultados discrepantes em diferentes bases geográficas. Uma política do governo federal, neste cenário, pode ter diferentes graus de eficiência e eficácia nos diversos estados e municípios, a depender do apoio recebido de cada governo. Isso se torna um desafio ainda maior se levarmos em conta que a educação no Brasil, normalmente fundamental para o sucesso de políticas públicas, tem a responsabilidade sobre seus diferentes estratos (Infantil, Fundamental, Médio e Superior) dividida entre os entes federativos.

Afinal, as políticas não são apenas implementadas, mas mantêm-se em permanente movimento, sendo continuamente reinterpretadas e ressignificadas pelos sujeitos (BALL, 2009). Cabe, assim, a nós, enquanto sujeitos desse processo, compreendermos os termos que definem essas políticas, para que possamos auxiliar na construção de uma sociedade mais igualitária e diversa. E a partir desse referencial, concordamos com Thaís Carvalho,

que a transposição das normas para a execução das políticas nunca é direta, é sempre mediada por diversos atores sociais, por interesses múltiplos e muitas vezes divergentes, no caso das relações raciais fortemente marcadas por formas de compreensão socialmente determinadas e muitas vezes arraigadas. Portanto, o processo é sempre de incorporação parcial, eivado de contradições, muitas vezes com interpretações, traduções e ressignificação das normativas nas redes.



(CARVALHO, 2012, p. 21)

No Brasil, o Estado, por sua vez, amparado na Constituição de 1988, delega a Ministérios e Secretarias a função primária, nesse caso os Ministérios da Cultura, Educação e Direitos Humanos. A maneira do Estado atuar na forma como a sociedade se organiza faz da cultura um dos principais campos das políticas públicas<sup>6</sup>. Mais do que isso, desde 2003 o Brasil tem encarado a Cultura com uma definição mais abrangente, e que lhe dá um destaque maior na organização do Estado e da sociedade. Segundo o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência

É outra – e é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido de construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como base da construção da preservação de nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social. (BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006)

Essa nova visão eleva o conceito de cultura a um dos direitos básicos de todo cidadão, e o amplia de modo a abarcar mais do que manifestações artísticas específicas. A cultura passa a ser, neste sentido, parte da construção de uma identidade da população brasileira, abarcando manifestações de diversas origens e abraçando a ideia de um país multicultural e diverso, ainda que muitas vezes desigual.

Nessa linha, pode-se dizer que, sob Lula, o Estado brasileiro buscou assegurar os meios para o reconhecimento efetivo da cultura como direito. Em consonância com esse princípio de cidadania cultural, ofereceu ao país a perspectiva da institucionalidade da cultura nos aparatos governamentais, com a criação de órgãos

---

<sup>6</sup> As políticas culturais são complexas e por vezes deixadas em segundo plano, não só no Brasil. Casos como o português, estudado por Judite Primo em **A Museologia e as Políticas Culturais Europeias: O Caso Português**. Tese de Doutorado em Educação—Porto: Universidade Portucalense Inf. D. Henrique, 2007.

gestores, conselhos e conferências de cultura, a aprovação do Plano Nacional de Cultura, a tramitação de vários projetos de lei e, principalmente, o início da constituição do Sistema Nacional de Cultura. (PIVA, 2013, p. 286)

Essa emergência de um novo conceito de cultura dentro do espectro de atuação dos governos vem se contrapor a uma trajetória da área que oscilava entre a ausência e a precariedade. Na maior parte de sua trajetória como nação, os governos do Brasil estiveram, na área da cultura, mais preocupados em censurar posições dissonantes do que em desenvolver qualquer concepção mais abrangente de cultura. Com a cultura pouco mais do que um campo de controle social, normalmente travestida de defesa de uma moral mas tendo como real foco as contestações ao regime, aliada à pouca eficiência no trato com os recursos do Estado, muito pouco se avançou na área nos anos pré-redemocratização.

As ditaduras do Estado novo e do regime militar são emblemáticas na perspectiva em que realizam, paradoxalmente, potentes intervenções em políticas culturais em contextos de repressão e violência, inclusive contra a comunidade cultural. Junte-se a isto a descontinuidade política-administrativa que caracteriza a gestão pública no país e em especial, atinge a área cultural. O panorama resultante da atuação dos governos não é nada alvissareiro para a cultura. (RUBIM, 2011, p. 13)

O trajeto da área da cultura no Governo Federal é assim, marcado pela inconstância, em especial até o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso.

O ministério foi criado em 1985, desmantelado por Fernando Collor e transformado em secretaria em 1990, e recriado em 1993 por Itamar Franco. Tancredo Neves, antes de morrer, resolveu criar o ministério. Jose Sarney instalou o órgão, mas simultaneamente tomou medidas políticas, como a inauguração da lógica das leis de incentivo, que fragilizaram o ministério em seu processo de implantação. Fernando Collor, no primeiro e

tumultuado experimento neoliberal no país, praticamente desmontou a área de cultura no plano federal. Acabou com o ministério, reduziu a cultura a uma secretaria e extinguiu inúmeros órgãos. (RUBIM, 2011)

Rubim vai mais além, e conceitua as políticas culturais do Brasil ao longo de sua história como marcadas por três características: ausências, instabilidades e autoritarismos. Apenas após a redemocratização e dos conturbados anos dos governos de Fernando Collor e Itamar Franco que a cultura começa a trilhar um caminho mais estabilizado, ainda sob a gestão de Francisco Weffort no Ministério da Cultura, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Após 2003, no entanto, o MinC ganhou espaço, atuando com ênfase em setores definidos, e servindo como articulador de grandes discussões, que englobam diversos atores sociais, tanto individuais como institucionais. Essa evolução da atuação do Ministério, e o caminho que ele aponta para outras estruturas como as secretarias estaduais e municipais, acaba por tornar-se, em si, uma grande contribuição à atuação do Estado. Para Glauber Piva

O saldo desse período e a afirmação prática de que a dimensão dos direitos culturais antecede a dimensão econômica da cultura e, ainda que não se contraponha nem se subordine a ela, tem primazia no alargamento da própria tenda democrática. As conquistas, portanto, não estão naquilo que o Estado pretensamente fez pela cultura, mas sim na relação dialógica, dinâmica e respeitosa que se estabeleceu. (PIVA, 2013, p. 300)

Essa acepção do papel do Estado na Cultura está solidificada na elaboração da Política Nacional de Cultura, que consolida as várias iniciativas, planos, programas, projetos e ações da área. Buscando dar uma organização às várias frentes em que atua, o Ministério organiza por áreas a sua atuação.

#### **Fundações e Autarquias do MinC**

Cinema	ANCINE	Agência Nacional do Cinema
Museu	IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
Patrimônio	IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional		
Livro	FBN	Fundação Biblioteca Nacional
Pesquisa	FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
Artes	FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
Cultura Afro	FCP	Fundação Cultural Palmares
Políticas regionais		Representações Regionais

Tabela 1 - Fundações e autarquias do MinC (MINC, 2015)

Separadas como forma de organização institucional, essas fundações e autarquias estão, entretanto, articuladas, ainda que tenham autonomia. Estão, ainda, subordinadas ao MinC e fazem parte de uma política de cultura única, que busca articular as diferentes frentes, que traduzem as linhas gerais do ministério para as diferentes áreas.

Dentro do tema que aqui nos interessa, duas linhas de atuação do MinC se destacam, o IBRAM e a FCP. Linhas de frente nas políticas de valorização da diversidade e promoção da igualdade, ambas articulam-se também com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR, principal local de aglutinação na formulação e execução destas políticas.



## **CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS E OS MUSEUS NO BRASIL**

Nos últimos anos o Brasil tem modificado a relação do Estado com a cultura e com as políticas públicas para o setor. O país tem seguido na direção da construção de um conceito alargado de cultura, que tire a temática das franjas da atuação governamental e permita o desenvolvimento e a efetivação de políticas de Estado no setor, com apoio institucional e um plano abrangente de atuação. Um dos principais pontos neste sentido é a superação da exclusividade de uma “alta cultura” e da superação do apoio exclusivo a obras e a manifestações artísticas consolidadas, em favor de um conceito que agregue a valorização da diversidade e o suporte ao patrimônio cultural.

Dentro deste cenário, os museus têm assumido grande importância. Tradicionalmente os governos no Brasil tem dedicado uma parte pequena de sua atenção às instituições museológicas, as relegando a um papel subalterno. Neste novo cenário, entretanto, o setor assume uma posição de maior destaque. Com a emergência de uma museologia mais preocupada com as questões da sociedade e que se desenvolve como ramo científico, muitos museus passam a redimensionar sua atuação e buscar um protagonismo, em especial nas questões de identidade e pertencimento.

Dentro deste novo panorama, os museus vêm ganhando renovada importância na vida cultural e social brasileira, como processos socioculturais colocados a serviço da democracia, da sociedade e como uma ferramenta de desenvolvimento social. Longe de ser apenas um lugar onde se guardam coisas velhas, os museus brasileiros, na sua diversidade, são agentes que inter-relacionam múltiplas políticas, estéticas, formas de fazer, de saber, de conhecer – reveladoras das várias facetas do inesgotável repertório da cultura brasileira. (IBRAM, 2010a)

Ainda que essa guinada represente, também, um incentivo à construção e manutenção de museus e um aumento na visitação e no acesso de diferentes públicos a essas instituições, ainda há um caminho muito longo a ser percorrido. O investimento nessa área tem crescido exponencialmente, com o valor no ano de 2011 equivalendo a mais de

dez vezes o montante investido em 2001 (IBRAM, 2012b). Esse incremento vem acompanhado de um grande aumento no número de visitantes, que era de 15 milhões no ano de 2003 e chega a 80 milhões em 2012 (IBRAM, 2012a), ainda que 70% da população (MENDES, 2012) não frequentem museus ou quaisquer instituições culturais. (ARIZA; SECCHI, 2013, p. 151)

Assim o que se tem assistido é a ascensão dos museus a instituições de importância dentro das discussões sobre cultura no Brasil. A ênfase na simples conservação e a velha imagem de um depósito de coisas velhas, que tanto tem assombrado as instituições museais, parecer estar assistindo à emersão paulatina de museus dinâmicos e vibrantes, que buscam ocupar seu lugar nas discussões sobre temas como patrimônio cultural, identidade e diversidade. (CHAGAS, 2002) Esse processo passa pela qualificação das instituições e dos profissionais que ali desenvolvem suas atividades, mas também passa por um maior protagonismo dentro do cenário nacional, uma maior preocupação por parte de governos e mantenedores com o papel a ser desenvolvido e uma ampliação e maior desenvolvimento do próprio campo de conhecimento. Ainda que esteja a ela ligado, esses movimentos não são resultados exclusivos da atuação estatal, mas sim sintomas de mudanças maiores, de uma reorganização do papel do museu dentro do cenário cultural brasileiro.

Consideramos que as mudanças não devem ser apreendidas na trajetória que se inicia na criação de uma unidade institucional, o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e se esgota no gesto presidencial de sancionar a lei que cria o IBRAM, o que significaria incorrer em uma armadilha evolucionista. O período e o processo enfatizam as forças sociais, alianças sociais, interesses e discursos que produzem um arranjo conjuntural. Importa assinalar o percurso, enfrentamentos e mudanças que permitem a constituição do processo que, sendo social e institucional, não se reduz a marcos jurídicos e mudanças institucionais. (MORAES, 2009, p. 54)

Para melhor compreender o caminho que os museus e a museologia traçaram no Brasil, um recurso à cronologia nos parece

didático. Conforme a tabela a seguir, as iniciativas foram, tradicionalmente, isoladas, e não se pode delinear um projeto maior de política pública para a área.

### **Cronologia da Museologia no Brasil**

<b>Ano</b>	<b>Evento</b>
1818	Criação do Museu Real por D. João VI (hoje Museu Nacional, pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
1866	Surgem os primeiros museus de história natural, de caráter enciclopédico, a partir da fundação do Museu Paraense Emilio Goeldi
1894	Fundação do Museu Paulista, também nos moldes de uma instituição de caráter enciclopédico
1922	Criação do Museu Histórico Nacional (Gustavo Barroso), no contexto das comemorações do centenário da independência do Brasil. O papel pioneiro do Museu Histórico Nacional está na criação do primeiro órgão de preservação do patrimônio histórico – Inspetoria dos Monumentos Nacionais.
1932	Criação do primeiro curso de museologia (hoje Escola de Museologia – Unirio).
1937	Implantação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que passa a desenvolver uma política museológica, com a criação de museus monográficos nas duas décadas seguintes
1938	Museu da Inconfidência (Minas Gerais)
1938	Museu das Missões (Rio Grande do Sul)
1943	Museu Imperial de Petrópolis (Rio de Janeiro)
1946	Museu do Ouro (Minas Gerais)
1946	Criação do ICOM – International Council of Museums
1954	Museu do Diamante (Minas Gerais)
1956	1º Congresso Nacional de Museus (Ouro Preto-MG)
1958	Museu Regional de São João Del Rei (Minas Gerais)
1958	Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus, no Museu de Arte Moderna (MAM), Rio de Janeiro
1963	Criação da Associação Brasileira de Museologia (ABM) e a luta pela regulamentação da profissão de museólogo.
1972	Mesa Redonda de Santiago do Chile
1974	Criação do segundo Curso de Graduação em Museologia, na UFBA



1983	Programa Nacional de Museus, ligado à Fundação Nacional Pró-Memória para a revitalização dos museus brasileiros.
1984	Regulamentação da profissão de museólogo (Lei 7.287/84)
1984	Carta de Quebec
1980-1990	Ampliação do conceito de patrimônio cultural, incluindo os bens de natureza imaterial. Apropriação dos movimentos sociais pelo direito à memória e à identidade. Movimento internacional Nova Museologia (MINOM)
2003	Política Nacional de Museus (gestão do ministro Gilberto Gil) e criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu/Iphan).
2004	Implantação do Sistema Brasileiro de Museus (Decreto 5.264/04, posteriormente revogado e substituído pelo Decreto 8.124/13).
2009	Criação do Estatuto dos Museus (Lei 11.904/09)
2009	Criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), como autarquia federal do Ministério da Cultura (MinC), responsável pela política museológica (Lei 11.906/09).
2010	Implantação do Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343/10)

Tabela 2: Cronologia da Museologia no Brasil (ORÍÁ, 2012, p. 50)

A década de 1970 representou um momento crítico na construção de uma nova museologia, interpretação apontada por vários pesquisadores (CHAGAS, 1994; CHUVA, 2009; MENEZES, 1993; MOUTINHO, 2004, 2007; SANTOS, 2002; VARINE-BOHAN, 1995). Essas novas interpretações que vieram à tona naquele momento representam um momento crítico no pensar museológico e na elaboração de políticas específicas para o setor. A mesa-redonda organizada pela Unesco em cooperação com o ICOM, em Santiago de Chile, em 1972, pode ser considerada um marco que estabelece as fronteiras entre a museologia das coleções e aquela que concebe o museu como instrumento de desenvolvimento social.

A partir da década de 1970, as novas práticas desenvolvidas nos museus priorizam o respeito à diversidade cultural, a integração dos museus às diversas realidades locais e a defesa do patrimônio cultural de minorias étnicas e povos carentes. Mais do que isso, os museus modificaram a relação cotidiana entre profissionais de museus, exposições e público. A tarefa educativa passou a ser compreendida a

partir do diálogo com o público e de práticas interativas. Objetos, práticas e costumes passaram a estar subordinados a uma resposta mais ativa do público. As narrativas produzidas tornaram-se temas de debate que fazem parte da agenda política contemporânea. (SANTOS, 2002, p. 58)

É nesse momento que ganha força o Movimento intitulado Nova Museologia<sup>7</sup>, que se solidifica com os documentos construídos em Santiago e Quebec, além de experiências museológicas que estavam sendo desenvolvidas em lugares como México, Suíça, Canadá, França e Portugal. Esse movimento acabou por causar grandes impactos tanto nas concepções teóricas como nas práticas desenvolvidas no país. O desafio que surgia era construir uma maneira de pensar e desenvolver um fazer museológico que abarcasse as dimensões populares e comunitárias, e levasse a uma nova concepção de patrimônio e de sua preservação e utilização, utilizando-se da museologia como agente de mediação.

O Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), que se organizou na década de 1980 a partir dos flancos abertos no corpo da museologia clássica nos anos 1970 e um pouco por todo o mundo, viria também configurar um novo conjunto de forças capazes de dilatar, ao mesmo tempo, o campo museal e a paisagem patrimonial. Por essa época, no Brasil destacou-se em termos teóricos e práticos o trabalho de Waldisa Russio, inovador, ousado e inspirador de uma museologia popular, politicamente engajada e comprometida com os processos de transformação social. (IBRAM, 2010a, p. 23)

Ainda que seja um marco mundial, os documentos elaborados na Mesa Redonda do Santiago de Chile, tiveram um grande impacto

---

<sup>7</sup> Os documentos produzidos em 1972, durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile, e em 1984, durante a reunião internacional de Quebec, e também as experiências museais desenvolvidas no México, na Suíça, no Canadá, na França e em Portugal produziram impactos teóricos e práticos no Brasil. Os desafios de pensar e desenvolver práticas de uma museologia popular e comunitária e os desafios de refletir e agir sobre o patrimônio, considerando-o como agente de mediação, foram assumidos por praticantes do que passou a ser chamado de Nova Museologia. (IBRAM, 2010a, p. 23)

especialmente na América Latina, e com destaque no Brasil. Esse discurso, no entanto, parece ter sido incorporado pelas instituições museológicas e seus profissionais de uma forma gradual e fragmentada, ainda que constante. Para Myrian Sepúlveda dos Santos,

No Brasil, o discurso desenvolvimentista foi incorporado, por exemplo, por dirigentes de museus históricos, que passaram a substituir antigos discursos enaltecedores de heróis e feitos históricos por aqueles mais próximos da nova historiografia. A crise dos anos de 1970 de certa forma foi superada. Quando observamos o crescimento dos museus ao longo do século XX, o aspecto a ser destacado é que a maior parte deles, isto é, 81,24% dos museus atualmente existentes, foi criada apenas nas últimas quatro décadas, sendo que o grande aumento do número de museus ocorreu nos anos de 1980, com uma queda desse crescimento na década seguinte. (SANTOS, 2002, p. 58)

Destacamos como marco para a consolidação de muitas ações hoje efetivas a Política Nacional de Museus, de 2003, que, como vimos acima, coroa um processo que buscava elevar a visão que se tinha dos museus e da museologia, amarrando anseios e ações efetivas. Assim, em maio de 2003, foi lançada a Política Nacional de Museus, em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

Ainda que tenha sido capitaneado pelo Estado e tenha tomado forma em um cenário de desenvolvimento de políticas públicas, a participação da sociedade, com ênfase para instituições museológicas e indivíduos envolvidos na temática, foi fundamental na concepção e execução do plano. Não se trata, deste modo, apenas de uma atividade estatal, mas do reconhecimento de anseios nacionais que há muito estavam sendo construídos. Essa premissa, da participação, deu base a metodologia usada para a formulação da política. Após este processo foi definido como objetivo geral do plano

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos

processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003)

Essa máxima também orientou a construção do plano, que, no entanto, se baseou em princípios definidos, que buscavam transpor o objetivo maior para as questões mais práticas, embora ainda complexas e abrangentes, que a área encontrava no país. Assim chegou-se aos seguintes princípios, que, junto ao objetivo, orientam o plano.

### **Princípios adotados na orientação da Política Nacional de Museus**

- 1 Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais.
- 2 Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.
- 3 Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.
- 4 Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.
- 5 Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.
- 6 Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.
- 7 Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afro-descendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades

Tabela 3: Princípios adotados na orientação da Política Nacional de Museus (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003)

O objetivo e os princípios norteadores, junto às discussões para a elaboração do plano, levaram à definição de sete eixos programático, que devem orientar a aplicação do plano. São eles: 1. Gestão e

Configuração do Campo Museológico, 2. Democratização e Acesso aos Bens Culturais; 3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos; 4. Informatização de Museus 5. Modernização de Infra-Estruturas Museológicas; 6. Financiamento e Fomento para Museus; 7. Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003)

Para Mario Moutinho, tanto o PNM quanto o Sistema Brasileiro de Museus se constituem em dois importantes marcos na área, capazes de dar uma direção unificada a movimentos antes dispersos. (MOUTINHO, 2004) Para o autor, entretanto, as iniciativas vem dar substância a um esforço que já vinha se desenvolvendo há muito tempo, e que tinha suas bases nas discussões da museologia contemporânea.

Uma nova política de museus pressupõe naturalmente novas ideias ou pelo menos um novo olhar sobre as ideias que desde há mais de 30 anos percorrem o mundo da museologia. [...] Aquilo que até agora se projectava nas Declarações de Santiago do Chile (1972), Oaxtepec (1984) e Caracas (1992), por acaso ou sem acaso todas formuladas na América Latina, assume um novo significado quando a essência desses documentos sustenta agora uma nova Política para os Museus do Brasil. (MOUTINHO, 2004, p. 1)

Mas Moutinho também alerta:

Não tenhamos ilusões!!!! A museologia, tal como pensada nesses dois importantes documentos é grande demais para ser deixada apenas aos museus formais. Essa museologia faz parte da “alfabetização para todos” do séc. XXI. Por isso a PNM no seu todo tem a qualidade de interpelar a sociedade brasileira e a comunidade internacional para a necessidade de enveredarmos por novos rumos. E esses rumos passam pelo direito de participação e de decisão aberto a todos. E esses rumos passam pela reorganização dos Grandes Museus certamente, mas também e, sobretudo, pelo reconhecimento dos pequenos museus, que nasceram e nascem das consciências dos cidadãos, da sua vontade de criar, de organizarem, de intervir no lugar onde vivem e

onde trabalham. São museus que manifestam a relação do dia-a-dia de cada um, com a memória, com o esquecimento, com o património, com a vontade de assumir o direito de cidadania e de querer mudar o mundo. (MOUTINHO, 2004, p. 6)

Atualmente, passados mais de 10 anos, podemos fazer um balanço mais aprofundado da Política Nacional de Museus, apontando os avanços, marcos, limites e mesmo retrocessos. A partir dos eixos temáticos analisados separadamente podemos verificar que muito do que se pretendia em 2003 se efetivou, com destaque para as já citadas implementações do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC) e do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e a aprovação do Estatuto Brasileiro de Museus (BRASIL, 2009a) que consolida uma legislação própria para a área.

Assim pode-se afirmar que a vontade governamental de regular e apoiar o setor não foi o único motor dessas transformações. Havia já há algum tempo uma ebulição científica e cultural que apontava para novos caminhos no fazer museológico. Foi esse apoio e pressão por parte de diferentes atores da sociedade que não só permitiu que se construísse uma legislação e um arcabouço institucional que a apoiasse, mas que exigiu que as diferentes esferas governamentais agissem nessa direção.

Ao analisar esta questão, o próprio IBRAM reconhece que um dos principais desafios está em fazer chegar aos pequenos e médios museus as políticas da instituição, de modo a dar capilaridade às iniciativas e realmente democratizar o acesso e a atuação do Instituto (IBRAM, 2010a, p. 30). Por outro lado, também reconhece que foi trilhado um longo caminho, mas muitas das dificuldades permanecem, amplificadas pelo novo papel – mais próximo das questões protagonistas do debate público – que os museus e a museologia lograram alcançar. O IBRAM coloca que permanecem como grandes desafios

a precariedade de nível jurídico e administrativo de muitos museus; a falta de eficácia nos procedimentos técnicos de documentação e gestão de acervos; a carência de políticas de segurança e conservação preventiva; a fragilidade dos instrumentos de gestão dos museus e o desempenho pouco eficaz da sua função social; a pouca valorização da função pesquisa; coleções deficientemente inventariadas, conservadas,

estudadas e divulgadas; a baixa ocorrência de periódicos especializados para a divulgação da produção de conhecimento e práticas museais. (IBRAM, 2010a, p. 30)

Diante deste cenário, é mister perseverar em algumas políticas que se mostram acertadas, sob pena de retroceder e de ceder à inconstância e a falta de continuidade que marcaram as políticas culturais em épocas anteriores. Uma das mais importantes, se não a principal, é o incentivo à participação de diferentes atores, o que garante que tais políticas surjam a partir dos interesses e necessidades da comunidade museológica, e que tenham nela seus principais referenciais. É essa participação que qualifica e dá relevância aos debates, pois permite que políticas sejam construídas a partir de diferentes lugares e agreguem saberes que de outra forma não seriam aproveitados. É também essa participação que vai evitar que as políticas para o setor sejam construídas a partir única e exclusivamente das vontades governamentais, e assim criar as condições para que futuros governos, independentemente de suas opções políticas, possam continuar e expandir de forma eficaz tais políticas.

Entretanto, quando nos perguntamos quem são aqueles que constroem as narrativas que encontramos na grande maioria dos museus brasileiros, descobrimos que mais de 80% destas instituições são públicas e financiadas, em grande parte, pelo governo. Segundo García Canclini, na América Latina, os museus fazem parte das últimas instituições culturais a serem amplamente financiadas pelos governos nacionais, uma vez que as demais atividades artísticas já sobrevivem do mercado. No caso do Brasil, seu diagnóstico é correto, pois os museus não só dependem, em grande parte, de financiamentos públicos, como ainda cumprem a função de divulgar, para o grande público, narrativas, muitas vezes históricas, que fazem parte do grande imaginário que constitui a identidade da nação. (SANTOS, 2004)

Um dado que pode dar ideia da expansão do campo da museologia no Brasil é o do incremento no repasse de verbas do governo federal para as instituições museológicas. Conforme pode-se

perceber abaixo, o incremento foi significativo, e, ainda que seja relativo apenas ao sistema operado pelo MinC, representa uma nova ordem de magnitude no apoio e importância dada à área.

#### Investimento no Campo Museal (MinC)

Ano	Valor (R\$)	Variação
2001	R\$ 20.043.913	-
2002	R\$ 24.483.432	22,15%
2003	R\$ 44.680.988	82,49%
2004	R\$ 43.817.004	-1,93%
2005	R\$ 90.828.152	107,29%
2006	R\$ 114.864.517	26,46%
2007	R\$ 119.837.256	4,33%
2008	R\$ 119.067.562	-0,64%
2009	R\$ 119.214.072	0,12%
2010	R\$ 171.506.579	43,86%
2011	R\$ 216.027.779	25,96%
2012	R\$ 263.490.379	21,97%
2013	R\$ 237.629.390	-9,81%
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.084.371.254</b>	

Tabela 4: Investimento no campo museal 2001-2013 (IBRAM, 2014f)

Mas não só o financiamento pode nos exemplificar o incremento ocorrido na área nos últimos anos. A museologia tem se desenvolvido não só como prática, mas também como campo teórico. Não só a disponibilidade de informações e publicações tem sido crescente como houve uma importante expansão no número de cursos superiores, muito embora essa expansão ainda se concentre na graduação, e a pós-graduação conta somente com um curso de doutorado, oferecido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, e quatro de mestrado (Unirio, UFPI, UFBA e USP) (EXNEMUS, 2015) Na tabela abaixo pode-se perceber não só o aumento que tais cursos de graduação têm experimentado, com apenas dois deles tendo sido instalados antes de 2004, mas também o papel das instituições federais nesta expansão, de forma que hoje tais universidades concentram mais de 75% das vagas oferecidas.

#### Cursos de Graduação em Museologia

Estado	Instituição	Criação	Vagas
RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio	1931	100



BA	Universidade Federal da Bahia – UFBA	1970	40
SC	Centro Universitário Barriga Verde – Unibave	2004	50
BA	Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB	2006	50
RS	Universidade Federal de Pelotas – UFPEL	2006	30
SE	Universidade Federal do Sergipe – UFS	2007	50
MG	Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP	2008	40
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	2008	30
DF	Universidade de Brasília – UnB	2009	64
PA	Universidade Federal do Pará – UFPA	2009	30
PE	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	2009	30
GO	Universidade Federal de Goiás – UFG	2010	50
MG	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	2010	50
SC	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	2010	25
SP	Faeca Dom Bosco	2012	120
<b>Total</b>			<b>759</b>

Tabela 5: Cursos de Graduação em Museologia (EXNEMUS, 2015)

Este crescimento se deu dentro da estratégia do governo brasileiro de expansão do ensino superior, dentro de programas como o REUNI<sup>8</sup>. Embora tenha havido o crescimento, ainda preocupa a concentração destes cursos em grandes centros ou em locais onde a museologia já se encontra tradicionalmente estabelecida. Há a necessidade patente de uma interiorização da museologia como campo de estudos, como forma de diminuir a distância entre o saber acadêmico do campo e uma miríade de iniciativas museológicas que se espriam por todo o país.

<sup>8</sup> O REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) é uma iniciativa do governo federal que buscou, durante seu funcionamento entre os anos de 2008 e 2012, ampliar o alcance e qualificar as universidades federais, através de investimentos em infraestrutura e da abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação, assim como de instituições e novos campi em universidades já estabelecidas. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010)

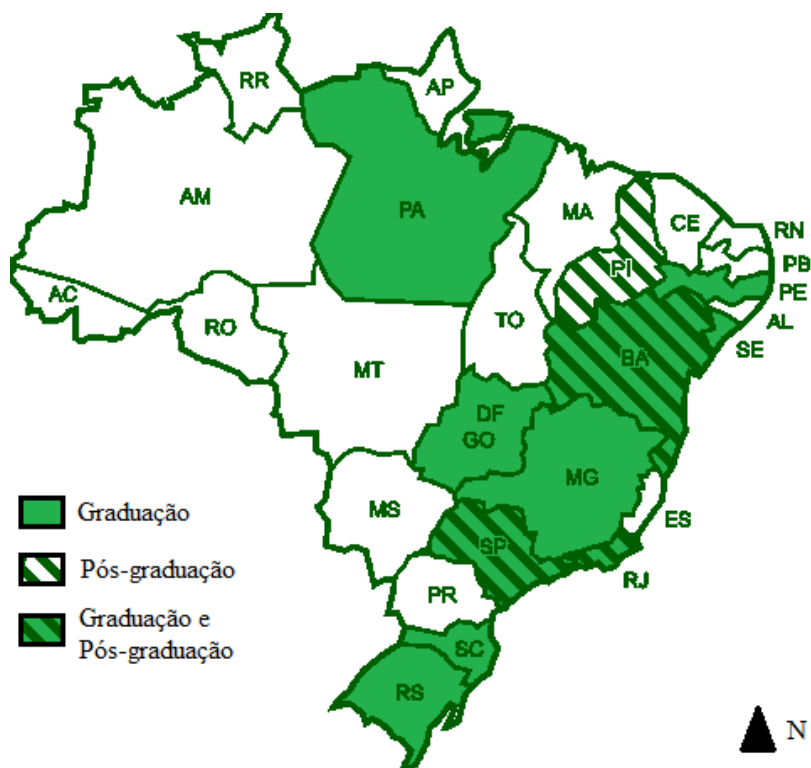


Figura 1: Estados com Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Museologia (EXNEMUS, 2015)

Ainda assim três iniciativas do IBRAM se destacam no sentido de oportunizar a participação de diferentes públicos e auxiliar na construção de laços entre as diferentes pessoas e instituições envolvidas: O Fórum Nacional de Museus, a Semana Nacional de Museus e a Primavera de Museus. Pensado como instância aglutinadora nacional, sendo utilizada para dar abrangência à formulação e a avaliação de políticas museológicas, o Fórum Nacional de Museus

é um evento bienal, de abrangência nacional, com o objetivo de refletir, avaliar e delinear diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM) e consolidar as bases para a implantação de um modelo de gestão integrada dos museus brasileiros, representado pelo Sistema Brasileiro

de Museus (SBM) (IBRAM, 2015a)

**Edições do Fórum Nacional de Museus**

<b>Edição</b>	<b>Ano</b>	<b>Tema</b>	<b>Público</b>	<b>Cidade</b>
1°	2004	A Imaginação Museal: Os Caminhos da Democracia	450	Salvador (BA)
2°	2006	O Futuro se constrói hoje	1.100	Ouro Preto (MG)
3°	2008	Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento	1.500	Florianópolis (SC)
4°	2010	Direito à Memória, Direito a Museus	1.922	Brasília (DF)
5°	2012	40 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile: entre o idealismo e a contemporaneidade	1.200	Petrópolis (RJ)
6°	2014	Museus Criativos		Belém (PA)

Tabela 6: Edições do Fórum Nacional de Museus (IBRAM, 2010d, 2013d, 2014h)

Na quarta edição deste fórum, realizada em Brasília, tomou corpo a interpretação de que as modalidades de representação e participação disponíveis não encontravam mais a legitimidade e representatividade desejadas. As críticas se dirigiam ao perfil eminentemente acadêmico que o Fórum havia tomado, de forma que uma série de pequenas instituições, em especial as de regiões mais distantes dos grandes centros de estudos e as que não contavam com um corpo técnico tão habilitado, acabavam alijadas de muitas das discussões. Essas demandas representavam, na verdade, um esforço no sentido de uma volta às bases, com um reforço no aspecto político do fórum, e representam um dos grandes desafios que o IBRAM e as instituições museológicas brasileiras, e os profissionais a ela ligados, enfrentam. (IBRAM, 2010a)

Já a Semana de Museus e a Primavera dos Museus, por outro lado, buscam concatenar os esforços de instituições de todo o Brasil em torno de um mesmo tema. Esse esforço permite uma maior proximidade entre as variadas instituições, e também auxilia o IBRAM no esforço de dar fôlego a determinadas pautas, em consonância, no mais das vezes, com as políticas mais amplas do governo federal. Estas iniciativas permitem, também, uma otimização de recursos e a possibilidade de

divulgação conjunta de variadas iniciativas museológicas, o que acaba por as tornar as grandes referências nacionais na definição de temas e agendas dos museus em todo o país. Esse esforço tem encontrado crescente aceitação, que pode ser percebida pelo crescimento que ambas iniciativas têm experimentado. A título de exemplo, a primeira Semana de Museus, realizada em 2003 contou com 270 eventos desenvolvidos em 57 instituições, enquanto que, dez anos depois, a 11ª edição já contava com mais de 3.900 eventos distribuídos por 1.252 museus de todo o país. (IBRAM, 2015b, 2015c)

<b>Edições da Semana Nacional de Museus</b>				
<b>Edição</b>	<b>Ano</b>	<b>Tema</b>	<b>Instituições</b>	<b>Eventos</b>
1ª	2003	Museus e Amigo	57	270
2ª	2004	Museus e Patrimônio	161	350
		Imaterial		
3ª	2005	Museus: Pontes Entre Culturas	284	800
4ª	2006	Museus e Público Jovem	429	1.220
5ª	2007	Museus e Patrimônio	252	1.379
		Universal – Somos todos		
		Universais		
6ª	2008	Museus como agentes de	448	1.435
		mudança social e desenvolvimento		
7ª	2009	Museus e Turismo	614	2.019
8ª	2010	Museus para a Harmonia Social.	588	1.768
9ª	2011	Museu e Memória	994	3.050
10ª	2012	Museus num mundo em transformação	1.114	3.420
		(Memória + criatividade) = Mudança social		
11ª	2013	Museus: as coleções criam conexões.	1.254	3.911
12ª	2014	Museu para uma sociedade sustentável	1.337	4.268
13ª	2015		1.378	4.570

Tabela 7: Edições da Semana Nacional de Museus (IBRAM, 2010d, 2011d, 2012d, 2013c, 2013d, 2014h)

Em 2013, em parceria com a SEPPIR, a 7ª Primavera de Museus, que ocorreu entre os dias 23 e 29 de setembro, teve como tema “Museus, Memória e Cultura Afro-brasileira”. Para muitas instituições foi o primeiro momento de contato com a temática, e representou um importante avanço para a discussão das relações étnico-raciais dentro dos museus.

#### Edições da Primavera dos Museus

Edição	Ano	Tema	Instituições	Eventos
1ª	2007	Meio Ambiente: Museu, Memória e Vida	300	874
2ª	2008	Museus e o diálogo intercultural	234	580
3ª	2009	Museus e Direitos Humanos	324	790
4ª	2010	Museus e Redes Sociais	276	764
5ª	2011	Mulheres, Museu e Memória	589	1.779
6ª	2012	A Função Social dos Museus	803	2.400
7ª	2013	Museus Memória e Cultura Afro- Brasileira	884	2.600
8ª	2014	Museus Criativos	761	2.436

Tabela 8: Edições da Primavera dos Museus (IBRAM, 2010a) e Guias de Programação

Observar tais mudanças na museologia, no entanto, não significa dizer que todas as instituições museais compartilham destas mesmas modificações. Sendo estas instituições formadas por pessoas, cada uma responde com sua velocidade e na sua direção, refletindo as variadas visões que esses atores mantêm. Para Moutinho,

hoje encontramos museus que se autoexcluíram dos processos de participação e na verdade vegetam lamentavelmente sem que neles se vislumbre o exercício de qualquer utilidade para com o resto da sociedade. São museus alheios ao desenvolvimento, sorvedouros de recursos financeiros, fechados sobre as suas coleções que na maior parte dos casos se deterioram ao ritmo dos anos. Por isso, esses museus, reduzem geralmente a sua atividade à manutenção de uma exposição permanente sem ideias, sem rumo, de puro “exibicionismo” como diria Hugues de Varine e que por isso mesmo, envelhecem ainda mais rapidamente. (MOUTINHO, 2011b, p. 1)

Temos, deste modo, instituições que não se alinham com essas novas interpretações, incluindo museus com preocupações que não vão além de sua própria existência, que só buscam justificar a atuação das instâncias estatais que os mantêm ou que estão a serviço de comemorações ou visitas importantes, e que serão abandonados tão logo passe sua utilidade. Existem, por outro lado, instituições onde a qualidade do trabalho é garantida pela atuação de seus colaboradores, à revelia ou mesmo contra a atuação de sua direção ou da instituição que a mantêm. Nesses museus, a qualificação de sua atuação ocorre a partir de um trabalho que vai além do expediente e das direções a qual se vinculam. São os “museus clandestinos” das palavras de Moutinho. (MOUTINHO, 2011b, p. 2)

E existem os museus onde condições mais próximas às ideais se encontram, onde as direções ou entidades que os controlam buscam e oferecem alternativas de trabalho que dão sentido à atuação do museu, e onde colaboradores comprometidos com estas diretivas têm a possibilidade de executar suas funções e buscar aprofundar e partilhar de forma mais completa as decisões da instituição. Para Moutinho

Deixou de existir um modelo único de Museu igual à ideia de coleção, de edifício e de público, para se assumir o museu com um lugar central dos conceitos de património(s), território e população. Desenvolveram-se novos modelos de gestão não hierarquizados e assumiu-se o alargamento da noção de património, e a consequente redefinição de “objeto museológico”. Este processo de abandono de uma ideia única de Museu é determinado pela ambiguidade desta situação, que arrasta conflitos, difíceis em muitos casos de resolver. (MOUTINHO, 2011b, p. 3)

Ainda que as teorias museológicas desde há muito preconizam que o museu deve servir à sociedade e seu desenvolvimento, tradicionalmente esta é uma postura pouco efetivamente aplicada, ficando mais como discurso do que como modo real de agir. Ainda assim podemos perceber que cada vez mais encontramos instituições que definem suas atividades a partir da busca de um desenvolvimento da sociedade, valorização da diversidade e preservação do patrimônio e da memória, e não apenas em uma perspectiva colecionista.

As políticas públicas, assim, assumem um importante papel, em especial na atuação do governo sobre questões específicas, e se

consolidam como uma ferramenta fundamental na atuação do Estado. Ainda assim, essas iniciativas estão sujeitas às flutuações políticas, e mais do que soluções são resultados da organização e da atuação de movimentos sociais diversos, sempre como resposta do governo à demandas longamente levantadas pela sociedade.

### **CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÕES DE ORIGEM AFRICANA**

Assim como ocorre com relação às políticas sobre os museus, o Estado brasileiro também despertou, nos últimos anos, de uma secular invisibilização das questões das relações etnicorraciais e de combate ao racismo. Uma série de leis, normas, decretos, instituições e incentivos têm sido construídas, através da implantação de políticas de ação afirmativa e incentivo ao estudo e discussão do tema.

Essa ofensiva do Estado brasileiro, ainda que longe da conclusão, contrasta com a profunda letargia com que a questão era encarada no século passado. Uma nova relação de governos com a temática foi construída, e hoje poucos aceitam a narrativa antes hegemônica que sustentava a negativa de atuar na questão. Um ponto que representa uma virada nessa relação é a Conferência de Durban, realizada na África do Sul em 2001. Oficialmente nomeada de “Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância”, o encontro reuniu representantes dos mais diversos países e, mesmo tendo sido marcada por tensas negociações e pela ameaça de um fracasso em alcançar um resultado que significasse a construção de medidas concretas de enfrentamento do racismo, acabou por representar o compromisso possível das diversas nações com o enfrentamento da questão.

Já é consenso entre muitos pesquisadores das relações raciais que a Conferência de Durban é o fator político mais significativo para o início da construção das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. Não há como discordar dessa assertiva. O referido evento se consolida como forte instrumento político institucional de cunho internacional para pressionar os Estados na construção de políticas antirracistas. (FERREIRA, 2013, p. 364)

Para o Brasil, a conferência representou um compromisso de Estado com a construção de medidas concretas e efetivas no combate à discriminação e ao racismo, que só foi sendo aprofundado nos anos seguintes. A Lei 10.639/03, que obriga a inclusão da temática da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação brasileira também representou um grande avanço, uma vez que permite um maior



desenvolvimento das discussões sobre o tema nas instituições de ensino, ao mesmo tempo que garante condições para o desenvolvimento de programas e projetos que busquem qualificar professores e outros educadores. A lei também traz para dentro das escolas a discussão de temas que antes eram invisibilizados, dificultando que o sistema educacional brasileiro continuasse ignorando ou mantendo à margem essas questões.

Como resultado deste renovado compromisso de enfrentar o tema, foram construídas estruturas dentro dos governos para tratar das ações de promoção da igualdade racial. A principal delas, por seu alcance nacional, foi a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República), instituída pela Medida Provisória 111/2003, posteriormente convertida na Lei 10.678/03, que tem entre suas funções a “formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial” (BRASIL. SEPPIR, 2015). Surgida de demandas do próprio movimento negro, ali são centralizadas as ações do governo federal de promoção da igualdade racial. Em outubro de 2015 a SEPPIR perde seu status de ministério, sendo fundida com a Secretaria de Mulheres e a de Direitos Humanos na formação do Ministério da Cidadania.

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas/IPEA, vem acompanhando, desde da década de 1970, esses indicativos no Brasil, construindo um amplo e bem fundamentado arcabouço de pesquisas e publicações sobre a temática e temas correlatos. Em 2014, articulado à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), foram publicados dados atualizados sobre a situação social da população negra no Brasil, detalhadas por estados da confederação. O estudo apresenta indicadores construídos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre os anos de 2001 e 2013, com os seguintes eixos: i) características das famílias; ii) escolaridade; iii) trabalho e renda; e iv) seguridade social. (IPEA, 2014, p.10)

**Distribuição percentual das pessoas residentes com renda per capita familiar por faixas de rendimentos, segundo região e raça ou cor no Brasil, 2001 - 2013**

Região / Cor		2001					2013				
		Até 1/4	1/4 a 1/2	1,5 a 3	Maior de 3		Até 1/4	1/4 a 1/2	1,5 a 3	Maior de 3	
<b>Brasil</b>	<b>Total</b>	27,0	23,7	33,8	9,5	6,0	11,2	18,0	46,1	16,3	8,5

	<b>Brancos</b>	17,3	20,2	39,2	13,7	9,6	6,7	12,6	45,3	21,7	13,8
	<b>Negros</b>	38,1	27,7	27,7	4,7	1,8	15,0	22,7	46,8	11,6	4,0
<b>Norte</b>	<b>Total</b>	33,3	28,0	29,0	6,3	3,4	18,6	26,3	40,7	10,1	4,3
	<b>Brancos</b>	25,2	24,3	33,1	10,6	6,9	13,0	20,4	43,5	15,0	8,1
	<b>Negros</b>	36,5	29,4	27,5	4,7	2,1	20,3	28,1	39,9	8,6	3,2
<b>Nordeste</b>	<b>Total</b>	48,0	25,7	19,9	4,0	2,4	21,5	26,9	40,1	7,7	3,8
	<b>Brancos</b>	38,9	24,4	24,2	7,2	5,4	17,4	23,4	41,4	10,8	7,1
	<b>Negros</b>	51,8	26,3	18,1	2,6	1,2	23,1	28,2	39,6	6,6	2,6
<b>Sudeste</b>	<b>Total</b>	16,6	21,9	40,4	12,9	8,3	5,9	13,3	49,7	20,1	11,0
	<b>Brancos</b>	11,6	18,4	42,0	16,3	11,7	4,3	10,0	45,9	23,6	16,2
	<b>Negros</b>	25,3	28,0	37,5	6,9	2,3	7,7	17,3	54,1	16,1	4,8
<b>Sul</b>	<b>Total</b>	16,6	21,5	43,3	11,9	6,8	4,4	10,9	49,0	24,4	11,2
	<b>Brancos</b>	14,4	20,0	44,7	13,1	7,8	3,8	9,3	47,2	26,5	13,3
	<b>Negros</b>	28,5	29,2	35,4	5,1	1,8	6,7	16,3	55,1	17,6	4,2
<b>Centro-Oeste</b>	<b>Total</b>	21,3	27,5	34,8	9,5	7,0	5,7	14,5	49,4	18,6	11,8
	<b>Brancos</b>	15,6	23,0	36,5	13,0	11,9	4,2	10,9	44,6	22,1	18,3
	<b>Negros</b>	25,7	31,0	33,5	6,7	3,1	6,8	16,9	52,7	16,2	7,5

Tabela 9: Distribuição da população por renda e raça ou cor (IBGE, 2013)

Esses dados mostram um cenário de diminuição das desigualdades, além de uma melhora na condição geral de todos os estratos da sociedade. Ainda assim, fica claro que a distância, em todos os níveis pesquisados, entre brancos e negros se mantém alta, de modo que, mesmo se mostrando efetivas, as medidas que buscam a superação de desigualdades mantêm-se necessárias.

A análise da situação nacional mostra que a melhoria dos indicadores, em muitos casos, ocorreu de modo mais pronunciado no segmento negro da população. Entre estes, vale notar que para além da significativa redução do percentual dos que vivem em situação de pobreza, também se destaca o expressivo aumento dos que se situam nas faixas médias de renda e nos níveis mais altos de escolaridade. Apesar do evidente avanço nas condições de inserção econômica e social, ainda persistem os diferenciais que colocam os negros em desvantagem,

comparativamente aos brancos, em todos os indicadores analisados. (IPEA, 2014, p. 12)

Neste sentido, a superação de uma situação de desigualdades baseada em pretensas diferenças raciais – situação essa secularmente reiterada e tradicionalmente negada ou invisibilizada no país – necessita da atuação forte e permanente do Estado, principalmente se levarmos em conta o enorme passivo que o Brasil vem acumulando ao longo de sua trajetória.

Às diferenças do ponto de partida de cada grupo racial, soma-se a resiliência do racismo que, como elemento estruturante das relações sociais no Brasil, opera no sentido de amortecer o dinamismo do processo de inclusão social. No que se refere às políticas públicas, tal constatação impõe o robustecimento da agenda de promoção da igualdade [...]. A incorporação da perspectiva racial nas políticas gerais e setoriais é requisito fundamental para que se potencializem os resultados das ações afirmativas. Além disso, com a participação das organizações do movimento social, o enfrentamento ao racismo é centrado no esforço de mudança de mentalidades, de superação de comportamentos e de atitudes, pessoais e institucionais, que selecionam ou excluem os indivíduos com base no pertencimento racial. (IPEA, 2014, p. 12)

Não há como negar, assim, que as bases do fosso apresentado nos dados acima vêm da maneira que o país tem tratado questões de pertencimento, identidade e diversidade, em especial as etnicorraciais. Como podemos perceber, quando restringimos nosso estudo ao recorte racial, os dados apontam que as condições de desigualdades se potencializam. Concordamos com Renato Ferreira que o racismo está na raiz deste processo.

O racismo se desenvolveu como uma espécie de pilar ideológico na formação e estruturação da sociedade brasileira. A discriminação racial mediu por centenas de anos e por diversas gerações as relações sociais estabelecidas em nossa sociedade, hierarquizando-a injustamente com base na subjugação da população negra. O

fim da escravidão, contudo, não foi sucedido por políticas públicas antirracistas que teriam contribuído para romper com os séculos de atraso que nos prenderam e nos prendem até hoje aos grilhões de uma pré-modernidade legada pela injustiça de nossos colonizadores. (FERREIRA, 2013, p. 362)

Diante da importância que assume, o tema das relações raciais no Brasil tem sido objeto frequente de reflexão para estudiosos, ativistas, pesquisadores e o próprio Estado, principalmente os que tem como tema o período posterior à Abolição da Escravatura e à Proclamação da República. Muitos destes estudos buscam compreender de maneira mais abrangente a nova realidade social que estava tentando se estabelecer naquele momento, organizando e classificando o modelo ideal de civilização que a nação brasileira deveria perseguir.

Várias teorias e hipóteses foram amplamente difundidas, e o impasse de como encarar uma sociedade multicultural e multiétnica nos moldes sociais já estabelecidos do ‘antigo regime’, que assumia novas roupagens na incipiente República, e que tem reflexos ainda hoje na nossa sociedade, apareciam como foco. No início do século XX teorias raciais assumem o centro das atenções, e nesse cenário tomam corpo propostas ancoradas nas teorias de branqueamento da população, bem aceitas e muitas vezes consideradas a solução definitiva para o projeto de nação do Brasil.

Essas propostas, no entanto, longe de se constituir como alternativas viáveis ou desejáveis, são embasadas na cor e nos preconceitos nos vários níveis, engessando e calcando na discriminação e na soma de privilégios para uma parte da população o pensar sobre as relações raciais no Brasil. Esse pensamento hegemônico contribuiu para naturalizar ações e comportamentos discriminatórios e preconceituosos como históricos e culturais, resultando, por exemplo, em aceções como a de uma suposta democracia racial.

Assim, na década de 1950 questões como as relações raciais no Brasil ainda continuavam latentes, e as teorias e estudos ganham outro foco. Mesmo depois de mais de 50 anos de república o país ainda não se consolidara como democrático, no sentido que as desigualdades e estratégias de dominação por parte de parcelas da população continuavam operantes.

Entre 1952 e 1955 a UNESCO planejou dois grandes projetos de pesquisa para conferir o padrão de relacionamento entre negros e brancos no Brasil. Um na cidade de Salvador, sob a coordenação Thales de Azevedo, antropólogo baiano da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, e outro em São Paulo<sup>9</sup> sob a responsabilidade de Florestan Fernandes e Roger Bastide, estudos que orientaram por muito tempo as discussões sobre a temática no Brasil. (SANTOS, 2009, p. 60) Em seu trabalho, Thales de Azevedo, conclui que

a sociedade baiana é uma sociedade multi-racial de classes e não de castas; e que existem, relativamente falando, relações pacíficas entre os indivíduos descendentes de vários estoques raciais; e que não existem barreiras intransponíveis que impeçam a ascensão social de indivíduos por causa de sua cor; e, finalmente, de que as facilidades para a ascensão das pessoas de cor de uma mesma classe para outra mais elevada estão aumentando. (AZEVEDO, 1955, p. 9)

Para o autor, assim, a questão racial não era impeditiva, mas apenas reflexo da situação social diferenciada, em especial econômica. Esse tipo de hipótese deu origem a interpretações mais brandas sobre a influência das questões raciais nas condições das populações.

o tipo racial de um indivíduo, ou melhor, a sua aparência física, constitui apenas um dos critérios na avaliação da qualidade e merecimento do homem de cor pelo seu conterrâneo. A profissão, o padrão de vida, a educação, a família e a participação na sociedade constituem, com o tipo racial, os fatores que determinam a classificação na hierarquia social baiana. Apesar das desvantagens do seu tipo racial, é perfeitamente possível ao homem de cor subir de posição social se modificar a sua situação econômica, sua educação, sua profissão. (AZEVEDO, 1955, p. 10)

---

<sup>9</sup> Oracy Nogueira também fez parte grupo de pesquisadores paulistas e do projeto da UNESCO, realizou um estudo comparativista entre as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos e criou o conceito de preconceito de marca para compreender a dinâmica do racismo brasileiro, em contraste com o preconceito de origem que caracterizava o racismo norte americano.

Esse tipo de abordagem negacionista, ainda em voga em muitas situações, de certo modo coloca nas populações de origem africana a responsabilidade pelas agruras surgidas dos embates das relações raciais. A melhora de suas condições de vida passa a ser um objetivo alcançável pelo esforço do indivíduo, com as questões de discriminação e racismo não sendo impeditivas para este desenvolvimento.

Contraopondo-se a essa interpretação, o trabalho de Florestan Fernandes coloca as relações raciais no centro de seus estudos. A superação de questões de discriminação e preconceito passa a ser necessária para que essas populações possam melhorar suas condições de vida. Para o autor, no entanto, apenas a superação das contradições econômicas e das questões de classe podem possibilitar a superação das questões raciais.

É nesse contexto que Florestan Fernandes traz uma reflexão de cunho sociológico para essas questões, ao afirmar que, “a classificação no núcleo da ordem social competitiva constitui um requisito estrutural e dinâmico para qualquer alteração dos padrões vigentes de relações raciais. (BASTIDE; FERNANDES, 1971, p. 336)

Para o autor essa dinamização só poderia se dar através da equiparação econômica, social e política dos sujeitos. E nesse caso

o paralelismo entre ‘cor’ e ‘condição social dependente’, só pode ser rompido a partir do momento em que o negro e o mulato alcancem condições de equiparação econômica, social e política diante do branco. No entanto, ressalta que essas condições não são, em si mesmas, suficientes para modificar o status quo racial imperante. Os brancos ignoram, neutralizam ou solapam, consciente e inconscientemente os efeitos sociais da classificação do ‘negro’ nos níveis sociais a que pertencem. (BASTIDE; FERNANDES, 1971, p. 336)

As transformações ocorridas após a Abolição, em fins do século XIX e início do século XX, foram fundantes da situação racial brasileira. A rápida transformação urbana e a vinda de imigrantes foram fundamentais em forçar uma exclusão das populações de origem africana dos ideais de futuro do Brasil.

Condizente com a escola marxista a que se filia Fernandes, o autor enxerga em questões de “superestrutura” a impossibilidade de

ascensão social das populações de origem africana, e liga a solução das questões raciais ao desenvolvimento da situação econômica. No entanto, a ‘cor’ continua a operar como marca racial e como símbolo de posição social indicando simultaneamente ‘raça dependente’ e ‘condição social inferior’. (BASTIDE; FERNANDES, 1971, p. 337)

Há assim, entre Thales de Azevedo e Florestan Fernandes, a distância da aceitação do impacto da discriminação e do racismo na organização social brasileira. Com o desenvolvimento das ciências sociais, a grande maioria dos estudos sobre a temática desenvolveu-se a partir de interpretações mais próximas a Fernandes, reconhecendo questões culturais como centrais nas relações raciais. Mais recentemente Lilia Schwarcz, em outra abordagem sobre o tema, afirma que “assim como não é possível negar o racismo, que no Brasil se afirma por uma hierarquia muito internalizada e não exclusivamente pela divisão de classes sociais, também não se pode abrir mão de falar das singularidades dessa sociedade misturada. (SCHWARCZ; QUEIROZ, 1996, p. 179)

Para a autora, “trata-se, portanto, de um racismo mestiço. Limitar a questão a um problema exclusivamente econômico pouco resolve, assim como jogar o tema exclusivamente no reino da cultura. [...] E se este é o país da discriminação racial, da afirmação de hierarquias internalizadas é também um local diferente no que se refere ao padrão de comportamento e de relações raciais. (SCHWARCZ; QUEIROZ, 1996, p. 179)

Da negação, ao menos parcial, das relações raciais como impedimento à ascensão social das populações de origem africana ao exercício ativo, por parte do Estado, de políticas públicas de valorização da diversidade temos uma série de interpretações e pontos de vista. Essa tensão entre as diferentes abordagens, no entanto, arrefeceu nos últimos anos. Hoje poucos tentam negar que a questão racial ocupa um papel central na construção de uma sociedade mais justa. Assim, nos últimos anos, e em especial na última década, o Brasil tem concentrado esforços no sentido de mitigar esses processos, a partir da construção de políticas públicas específicas para esses segmentos, além de várias iniciativas que contemplem os direitos dessas populações. Entretanto, pensar essas políticas, suas aplicações e implicações na sociedade, passa por diversos embates e debates, com diversos interesses. Sejam políticos e/ou teóricos, tem avançado de forma significativa, e uma rica e extensa produção bibliográfica tem sido produzida.

Nos últimos dez anos, no que diz respeito ao

tratamento da temática racial, têm ocorrido no Brasil mudanças significativas que estão produzindo um intenso debate na sociedade em geral, e no meio acadêmico em particular, acerca da pertinência da adoção de políticas de ações afirmativas. Embora o debate tenha se concentrado fortemente no sistema de cotas para as universidades públicas, a atuação do atual governo envolve ações afirmativas em outras áreas com características e escopo diferenciados. (LIMA, 2010, p. 77)

O caminho até o reconhecimento, por parte do Estado, de seu papel e de suas responsabilidades não foi curto. Esse novo reconhecimento sobre a necessidade de políticas públicas dentro da temática racial vai sendo construído a partir da redemocratização, à medida que o país vai retomando as lides democráticas e percebendo que essa democracia vai muito além do direito formal ao voto.

Nesse sentido um marco é a constituição promulgada em 1988, que consigna a criminalização do racismo, tema que é posteriormente aprofundado na Lei 7.716/89, que define os crimes de preconceito de raça e cor. A nova constituição também reconhece as bases para o enfrentamento das questões quilombolas, e é criada, logo depois, a Fundação Cultural Palmares, ligada ao MinC, e grande referência na temática.

Em 1995 teve lugar a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, uma das primeiras grandes manifestações populares de combate ao racismo. Buscando repensar a relação do país com o racismo, simbolizado na troca das comemorações do 13 de maio, dia da Abolição da Escravatura, para o 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra,

este evento teve a formalização de uma proposta com a entrega do "Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial" ao então presidente Fernando Henrique Cardoso. O documento apresentava um diagnóstico da desigualdade racial e da prática do racismo, com ênfase nos temas de educação, saúde e trabalho. Quanto às reivindicações, elas estavam divididas em tópicos que, além dos três mencionados, incluía religião, terra, violência, informação e



cultura e comunicação. (LIMA, 2010, p. 79)

A Marcha de 1995 representou uma aproximação dos movimentos negros com as esferas estatais, processo que ia se mostrar imprescindível nas movimentações posteriores. Também acabou sendo um momento em que se superou a busca de uma igualdade formal, materializada na Constituição de 1988, em favor de uma igualdade real, que abarcasse a luta por reais condições de igualdade entre todos os brasileiros. No ano seguinte, em 1996, foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), um dos primeiros documentos em que o Estado Brasileiro se compromete com medidas práticas e efetivas com a discriminação e o racismo. Esse documentou estabeleceu algumas bases de grande importância, como o compromisso em adicionar o quesito cor em documentos e bancos de dados públicos, e registrou o compromisso com ações afirmativas e promoção de políticas de “discriminação positiva”.

Em 2001, em Durban, na África do Sul, ocorre a “Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância”. Com uma participação de destaque do Brasil, tanto nos encontros de preparação como na própria reunião, Durban representou, para o país, um ponto de lançamento de uma nova forma de combater o racismo e a desigualdade, baseada em efetivas ações afirmativas, incluindo a adoção de cotas. Essas ações, entretanto, ainda eram tímidas e de pouco alcance, mas significaram alguns passos na direção que viria a marcar o enfrentamento ao racismo nos anos seguintes.

Embora seja possível afirmar que no governo Fernando Henrique Cardoso já havia iniciativas federais voltadas à população negra, a análise dos documentos do período revela que a estratégia discursiva e a política deste governo foi promover o reconhecimento sem investimentos no aspecto redistributivo, embora a desigualdade racial fosse a principal justificativa para as políticas de valorização da população negra, aliás, expressão fartamente encontrada nos documentos oficiais deste período. [...] Este foi um momento incipiente do debate, cujas metas eram evidenciar a situação social dos negros por meio da produção de diagnósticos e implantar políticas valorativas, apresentando, portanto, uma pauta menos

expressiva de políticas afirmativas. Significava, pois, um momento de construção de uma base para uma ação política mais efetiva. As ações afirmativas que ocorreram na gestão FHC forma tímidas e posteriores a Durban. (LIMA, 2010, p. 82)

Com a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, estabeleceu-se uma nova relação entre os movimentos negros e o Estado. Os movimentos não estavam mais limitados à condição de postuladores, mas, nessa nova conjuntura política, passaram a efetivos participantes na formulação de políticas, incluindo a ocupação de importantes postos na hierarquia estatal. Não se tratava mais de atores externos ao governo.

Essa nova relação atinge sua plenitude com a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Segundo a Medida provisória 111/03, que cria a secretaria, sua principal responsabilidade é a

formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, na formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância, na articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial, na formulação, coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial, no planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas e na promoção do acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e de combate à

## discriminação racial ou étnica

Essa nova instância estatal passou, assim, a centralizar, agregar e direcionar toda a política federal de promoção da igualdade racial. Tendo recebido status de Ministério em 2008, foi através de sua atuação que se deu impulso às iniciativas na questão. O país tem optado, desde então, por ações afirmativas que busquem ativamente a superação do preconceito e da discriminação que por séculos pautaram as relações sociais e etnicorraciais do país. Uma série de medidas políticas, públicas e privadas, de caráter compulsório, têm auxiliado na busca destes objetivos.

as ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano. Constituem, por assim dizer, a mais eloqüente manifestação da moderna idéia de Estado promovente, atuante, eis que de sua concepção, implantação e delimitação jurídica participam todos os órgãos estatais essenciais, aí incluindo-se o Poder Judiciário, que ora se apresenta no seu tradicional papel de guardião da integridade do sistema jurídico como um todo, ora como instituição formuladora de políticas tendentes a corrigir as distorções provocadas pela discriminação. (GOMES, 2001, p. 6–7)

Propostas vem sendo debatidas, no que tange às populações de origem africana no Brasil, com destaque para a Lei 10.639/03. Embora suas ações foquem na educação, foi uma das primeiras iniciativas de sucesso na área, ainda que sua implantação tenha encontrado resistências. Por sua abrangência e por ser pioneira, sua influência pode ser percebida em outras políticas, se tornando uma referência dentro da atuação do Estado. Segundo Paulino Cardoso,

As mudanças trazidas na Lei 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são facilmente compreendidas quando associadas ao parecer do Conselho Nacional de Educação N 03/04, que propôs as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de Cultura e História Afro-Brasileira e Africana. Esta norma legal, além de eliminar silêncios, melhorou significativamente o texto da Lei 10.639/03, ao criar orientações para sua implementação nas redes de ensino oficiais do país. (CARDOSO, 2008, p. 102)

E para amarrar outras iniciativas e propostas a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em julho de 2010, que tem como objetivo “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.” (BRASIL, 2010), foi de fundamental importância para consolidação de muitas políticas. Este Estatuto, apresentado a partir das demandas dos movimentos negros, acabou por sofrer grande resistência. O texto da lei foi bastante modificado entre a sua proposição e a redação aprovada. Foram deixadas de lado, por exemplos, o fortalecimento da política de cotas como ação afirmativa e o próprio uso do termo raça, substituído por etnia. Essa resistência mostra que, ainda que se tenha avançado na questão, nos últimos anos, o tema está longe de ser consenso e os avanços só são conquistados após a superação de forte resistência. (GONÇALVES, 2010)

Estão dispostos, assim, os dois principais eixos da ação de combate ao racismo, ambas profundamente articuladas com a educação. Por um lado a reserva de vagas, em especial no ensino superior, como ferramenta de ascensão social e reparação de injustiças históricas, por outro a obrigatoriedade do estudo de África e de temas ligados à cultura

africana e afro-brasileira, como forma de combater um cenário que misturava invisibilização e desvalorização destas populações.

A sombra que esse cenário exerce sobre a educação não pode ser negligenciada. Embora necessária, a abordagem do tema não é tarefa fácil. Durante muito tempo se conviveu com a ausência quase completa de conteúdos curriculares que tratassem satisfatoriamente das características multiculturais do país e sua população. Mais longe ainda esteve a discussão, dentro da educação, dos efeitos dessa realidade e de sua fundamentação racista e discriminatória. Para Neli Góes

O racismo que nos referimos encontra-se presente nos currículos escolares, no qual a tradição eurocêntrica exclui conteúdos de valorização da história dos povos africanos e de sua trajetória de luta e resistência na diáspora. Folcloriza e subestima as expressões de sua cultura e realidade, invisibiliza sua presença e importância na sociedade passada e atual. (CARDOSO, 2008, p. 60)

Assim, o entendimento sobre Educação para Relações Étnico-Raciais, segundo a resolução no 1, de 17 de junho 2004, vem ao auxílio das discussões, como ato legal e esclarecedor. A Educação para as Relações Étnico-Raciais tem, assim,

por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação de democracia brasileira. (BRASIL, 2004, p. 11)

Assim tais políticas partem da percepção de uma necessidade de reconhecer a diversidade como elemento fundamental na construção de identidades no Brasil. Longe, no entanto, de um retorno a uma ideia de um cadinho cultural que homogeneiza e dissipa diferenças, trata-se de reconhecer origens diversas, contribuições de vários grupos e culturas que dão origem a uma população. Não se trata, outrossim, de encontrar a identidade do povo brasileiro, mas de permitir que cada indivíduo construa sua identidade a partir de sua trajetória.

A atuação das políticas públicas e dos variados movimentos sociais, ainda, é marcada pela atuação no campo da política. Embora a construção dessas iniciativas se dê baseada no estudo teórico, com as contribuições acadêmicas, a partir de discussões interdisciplinares, a preocupação é com a solução de problemas persistentes no modo de organização social e econômica da sociedade, e das diferenças de oportunidades que encontram indivíduos de diferentes grupos sociais. Para Kabengele Munanga

A identidade, repetimos, compreende um conjunto de traços: étnicos, linguísticos, históricos, socioculturais intelectuais, míticos e religiosos. Se a noção da identidade é inseparável da noção da unidade, ela implica também a diversidade. Mas mesmo respeitando essa diversidade, podemos reter como único traço fundamental comum a todos os negros, pouco importa a classe social de cada um, a situação de exclusão. Em outros termos, a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de exclusão. Ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, continuo a afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política, a de um segmento importante da sociedade brasileira excluída do exercício de plena cidadania. (NOGUEIRA; NASCIMENTO, 2012, p. 16)

Se buscarmos uma gênese da ideia de patrimônio cultural no Brasil e sua história de exclusão e inclusão, ou busca por afirmação de identidades, iremos perceber que, em relação às populações de origem africana, sempre foi negado, ou pelo menos invisibilizado, o direito ao patrimônio. Durante muito tempo, essas populações tiveram negado o protagonismo histórico, entrando no passado da nação apenas enquanto peças subordinadas na empresa escravista.

A grande mudança, que se deu já nos primeiros anos do século XXI, foi o reconhecimento de seu protagonismo, e a aceitação de que seu lugar no passado era ocupado por indivíduos, sujeitos autônomos ainda que, por vezes, escravizados. Assim até meados do século XX as populações de origem africana tinham, muitas vezes, negadas sua participação na História do Brasil, e suas manifestações culturais, quando não ligadas diretamente à experiência do cativeiro, eram

desconsideradas e invisibilizadas, além de, quando possível, fisicamente destruídas ou legalmente proibidas.

Não há, evidentemente, preocupações sobre o patrimônio e a cultura afro-brasileira ao longo período de que se estende ao longo do século XIX e início do século XX. Diante esse contexto histórico, podemos compreender as dimensões dos processos de negações que decorrem no futuro imediato, uma vez que, para considerar-se a relevância de um bem patrimonial, temos que necessariamente elevar seu significado no passado, remetendo-o para o futuro. Nesse caldeirão de efervescência social, os debates acerca dos conceitos de raça e dos destinos da população negra ex-escrava são centrais. (NOGUEIRA; NASCIMENTO, 2012, p. 68)

A principal mudança na questão do patrimônio foi uma ampliação no próprio conceito, que superou a limitação da “pedra e cal” e passou a abarcar conceitos mais amplos. O reconhecimento da ideia de patrimônio imaterial, por exemplo, deu condições a manifestações não monumentais, e em especial de grupos mais afastados do poder, político e econômico, do Estado, de reconhecer e registrar manifestações que reputassem importantes.

É através de mudanças legais que essas novas interpretações vão se solidificar e ganhar alcance. Na própria constituição federal de 1988 já surge o reconhecimento da necessidade de garantir “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”. É um passo fundamental no sentido de levar a identidade e a história nacionais para além dos grandes vultos, buscando amplia-las de modo que alcancem toda a população.

Mas talvez a grande vitória nessa caminhada seja o decreto 3.551/00, que passa a permitir o registro de bens imateriais. Esse decreto leva o patrimônio para além das fortalezas e palácios, e permite que cada comunidade reconheça como importante em sua formação a manifestação que reputar significativa.

Antes, entretanto, dessas mudanças, algumas poucas iniciativas alcançaram êxito em reconhecer manifestações de populações antes segregadas. São, no entanto exceções que confirmam a regra, e as resistências ao seu reconhecimento ilustram bem os obstáculos existentes. No ano de 1986, dois anos antes da Constituição, foi

tombado o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, importante centro religioso considerado um dos mais antigos do país. Mas, mesmo com a sua inegável importância, a decisão sobre seu tombamento estava longe de encontrar unanimidade. “O Conselho encontrava-se bastante dividido. Vários de seus membros consideravam desproposital e equivocado tomar um pedaço de terra desprovido de construções que justificassem, por sua monumentalidade ou valor artístico, tal iniciativa” (VELHO, 2006, p. 237)

Também em 1986 foi tombada a Serra da Barriga, região onde se desenvolveu o Quilombo dos Palmares, outro local de grande importância nas lutas antirracistas. Essas iniciativas se deram a partir da mobilização da população, em especial de movimentos negros, mas, apesar de terem atingido seus objetivos, apenas tornaram mais clara a necessidade de desenvolvimento de novas interpretações sobre a definição de patrimônio cultural e a maneira que o país com eles se relacionava.

Podemos entender o Patrimônio Histórico como mais que um testemunho do passado, é um retrato do presente, uma expressão das possibilidades políticas dos diversos segmentos sociais, expressas em grande parte pela herança cultural, dos bens que materializam e documentam sua presença, sua marca no fazer histórico da sociedade [...] Aqui, os enfoques que o patrimônio tem encontram com a memória e lhe dão sentido, na medida em que expõe no território o conflito das identidades que lutam para se firmar enquanto mecanismos ideológicos, que objetivam a disputa do poder e têm nos direitos culturais um amparo legal (NOGUEIRA; NASCIMENTO, 2012, p. 86)

As lutas pelo reconhecimento, legal e social, de direitos buscam, assim, reconhecer nas populações de origem africana e em suas manifestações culturais, parte integrante e fundamental da identidade brasileira. É, deste modo, um passo necessário para permitir iguais direitos a todos os grupos sociais. Se trata, antes de tudo, de reconhecer a população brasileira como um corpo mais diverso do que tradicionalmente se tem feito, e de perceber o papel que o Estado deve desempenhar neste processo.

Os museus, nesse cenário, assumem importante papel. Não só no Brasil mas ali muito especialmente, as instituições museais tem, ao



mesmo tempo, representado alguns dos locais mais resistentes a essas novas interpretações como também liderado o processo. São, assim, alguns dos palcos mais iluminados nesta disputa.

## **CAPÍTULO 4 – TECENDO ELOS: POLÍTICAS PÚBLICAS, MUSEUS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

Não há como, entretanto, para o aqui proposto, pensar de forma separada as políticas para a valorização da diversidade e as voltadas para o museu. A atuação na temática só será efetiva se as ações forem construídas conjuntamente, pensando de forma a, ao mesmo tempo, levar em consideração as especificidades da atividade museológica e pensa-la como engenho humano, inserido dentro das questões que perpassam toda a sociedade.

Nessa perspectiva sempre convém lembrar que os museus são lugares de memória e de esquecimento, assim como são lugares de poder e de silêncios. É preciso ter em mente que "os museus não são inocentes", que não existem instituições neutras, que apenas nos dão vislumbres do passado, mas que toda instituição está sujeita a seus interesses e acepções, assim como o estão os profissionais que ali desenvolvem suas atividades. Muitos museus estão, continuamente, legitimando ou deslegitimando, valorizando ou depreciando diferentes identidades e culturas. (CHAGAS, 1998)

Neste sentido, pode-se dizer que o museu é um espaço político de disputas de representação, começando pelas representações atribuídas aos objetos pelos próprios técnicos desses espaços culturais, pelos participantes ou não das comunidades onde se encontram inseridos, pelos patrocinadores das exposições e ainda pelos demais públicos que visitam essas instituições. Assim, os museus tanto podem atuar hierarquizando culturas e identidades, quanto contribuindo para colocar em circulação representações alternativas sobre diferentes grupos sociais, étnico-raciais e culturais, sobre suas memórias, histórias e culturas. (ZUBARAN; MACHADO, 2013, p. 1)

A Política Nacional de Museus de 2003, já na sua introdução, ressalta o papel dos museus no reconhecimento de um patrimônio cultural que valorize a diversidade e abarque as diferentes identidades das populações ali representadas. São eles o local de representação do tangível e do intangível, onde a dimensão cultura de processos diversos,

e sua relação com outros elementos, é ponto principal. Desse modo o reconhecimento do pertencimento de diferentes populações a um mesmo nível dentro de suas representações é sinal de respeito aos indivíduos de diferentes origens.

Para cumprir esse papel, os museus devem ser processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documentação e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com os objetivos de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003, p. 8)

Conforme vimos antes, essa preocupação também está inscrita nos Princípios Norteadores da Política Nacional de Museus, que em seu eixo 7 preconiza o “respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com suas especificidades e diversidades.” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2003)

O Estatuto de Museus também orienta sua organização a partir do reconhecimento do patrimônio cultural, tendo como premissas a valorização da diversidade cultural e a participação das diferentes comunidades. Mesmo tratando da declaração de interesse público de acervos que, de alguma forma, representem “um valor cultural de destacada importância para a Nação”, este interesse deve sempre respeitar “a diversidade cultural, regional, étnica e lingüística do País.” (BRASIL, 2009b) Assim, como todas as outras políticas de governo, as direcionadas aos museus têm que se subordinar a uma política de Estado, maior, que reconhece a população do país como diversa e coloca essa diversidade como uma característica a ser valorizada, tendo como alvo, sempre, a contínua e completa inclusão de todos os cidadãos.

Essas diretivas estão consolidadas no Plano Nacional Setorial de Museus, que buscou articular iniciativas e estabelecer metas e perspectivas para os dez anos seguintes a sua elaboração, em 2010. O Plano, assim, articulou-se a partir destas perspectivas, e também tem sua organização construída a partir do reconhecimento da diversidade da sociedade brasileira e da necessidade de sua valorização. (IBRAM,

2010b) O Plano se insere em uma iniciativa maior, o Plano Nacional de Cultura, que parte destes mesmos princípios para atuar na Cultura brasileira de forma ampla. E que agora também está direcionada para a construção de uma Política Setorial para a Cultura Afro-brasileira organizada a partir da Fundação Palmares.

Os museus, assim, deixam de ter sobre seus ombros a responsabilidade de representar uma grande identidade nacional, que não deixava frestas para outras interpretações, e passa a se dedicar a temas mais específicos. Não se trata mais de ilustrar a Cultura Nacional com letras maiúsculas, mas de versar sobre aspectos importantes, embora de menor espectro, desta. “De fato, com os aportes teóricos da Nova Museologia, passou-se da concepção de museu como elemento de constituição da identidade nacional, que se pretendia única, homogênea e unívoca, para o museu como espaço de afirmação de outros segmentos sociais.” (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013, p. 14)

Deixa-se de lado os museus do país, do estado ou do município para dar lugar a museus que representem as comunidades, as populações, ou aspectos de uma grande, intrincada e diversificada teia que forma as identidades de uma população.

Assiste-se, assim, a um crescimento dos museus comunitários, museus populares, museus étnicos, ecomuseus e museus temáticos em detrimento de museus nacionais em várias partes do mundo. No Brasil, exemplo mais contundente desse novo processo museológico se deu com a criação do Museu da Favela, na favela da Maré, cidade do Rio de Janeiro, fruto da reivindicação dos próprios moradores locais. [...] É o museu, com uma nova prática de memória cidadã, dando visibilidade a grupos étnicos e comunidades tradicionais. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013, p. 14)

Outra iniciativa desta política são os Pontos de Memória<sup>10</sup>, um programa que atende os diferentes grupos sociais do Brasil que

---

<sup>10</sup> Inicialmente, foram desenvolvidos 12 Pontos de Memória, situados em comunidades populares nas seguintes cidades: Belém/PA (Comunidade de Terra Firme); Belo Horizonte/MG (Comunidade do Taquaril); Brasília/DF (Comunidade da Estrutural); Curitiba/PR (Comunidade do Sítio Cercado); Fortaleza/CE (Comunidade Grande Bom Jardim); Maceió (Comunidade do

não têm oportunidade de narrar e expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus. Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura. (IBRAM, 2015d)

Muito embora estas iniciativas pareçam atuais, esforços individuais e dos movimentos negros podem ser percebidos ainda no século XX. A principal destas iniciativas surge a partir de 1950, com os trabalhos de Abdias do Nascimento<sup>11</sup>. Dos trabalhos e discussões do Teatro Experimental do Negro surge a ideia de criação de um Museu de

---

Jacintinho); Porto Alegre/RS (Comunidade da Lomba do Pinheiro); Recife/PE (Comunidade do Coque); Rio de Janeiro/RJ (Comunidades do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo); São Paulo/SP (Comunidade da Brasilândia); Salvador/BA (Comunidade do Beiru) e Vitória/ES (Comunidade do São Pedro) (ATUALIZAR)

<sup>11</sup> Participou da Frente Negra Brasileira na década dos 1930 e em 1944 ele criou o Teatro Experimental do Negro, que organizou eventos semanais de direitos civis como a Convenção Nacional do Negro (1945-46) e o Congresso Nacional do Negro Brasileiro (1950). Ele foi um dos mais importantes advogados da Negritude e dos movimentos pan-africanos; foi em grande parte graças aos seus esforços que o mundo africano, e o mundo em geral, passou a considerar de forma crítica os contornos da discriminação racial no Brasil. Como parlamentar, Abdias Nascimento apresentou os primeiros projetos de lei que definiam a discriminação racial como crime e criavam mecanismos de ação afirmativa para mitigar o seu legado no Brasil. Ele trabalhou para desenvolver uma política de relações estrangeiras baseada na oposição ao regime do Apartheid, promovendo a descolonização dos países africanos e desenvolvendo relações positivas do Brasil com as nações africanas. Sua contribuição para o desenvolvimento de um currículo escolar que incluía a história e a herança cultural africanas tem sido consistente e inovadora desde a década dos 1940, quando ele organizava cursos de alfabetização e de cultura geral para os integrantes do Teatro Experimental do Negro, muitos dos quais inicialmente não sabiam ler e escrever. Esses cursos, e as outras iniciativas do TEN, exploravam a tradição africana na cultura brasileira e inovavam no seu desenvolvimento, trazendo ao plano principal, como protagonistas, a pessoa negra e sua personalidade. Abdias Nascimento foi um pioneiro principal na resistência contra a intolerância, incluindo especificamente a intolerância religiosa. Ele lutou de forma consistente para promover o direito de praticar as religiões de origem africana, enfrentando a repressão policial e também a redução ideológica da dimensão espiritual dessas religiões, o desprezo por elas e sua consideração, na melhor das hipóteses, como folclore. (BRIGAGÃO, 2009)

Arte Negra. Durante 18 anos, entre 1950 e 1968, Abdias Nascimento foi coletando obras de arte de diversos artistas, que culminou em uma exposição no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Na oportunidade apresentou o projeto de criação do Museu de Arte Negra, descrito por ele em um artigo publicado, em 1968, na revista da galeria de Arte Moderna, do Rio de Janeiro:

Minha decisão de organizar o Museu de Arte Negra aconteceu durante a realização do 1º Congresso do Negro Brasileiro que o TEN promoveu no Rio em 1950, ao discutir-se a tese de Mário Barata sobre A escultura de origem africana no Brasil. Reconhecendo que "O negro realizou na África e em parte na Oceania uma das mais impressionantes obras plásticas humanas"(...), lamentando a inexistência de um museu para estudo e exame da "função que as peças de origem exercem na vida do grupo 'racial' ou de toda a sociedade" e que "um museu de arte negra viria, de fato, satisfazer uma necessidade secular: o conhecimento das artes e da civilização brasileira, sob o ângulo estritamente racional (...) dentro do que se entende modernamente por museu, isto é, não só o acervo de documentos e monumentos, mas a sede de atividades técnicas e científicas paralelas, poderá trazer grande contribuição no campo das pesquisas, inventário, classificação, informação e divulgação dessas artes (negras)". (NASCIMENTO, 2015a)

Em outro texto, *Cultura e Estética Negra*, publicado nessa mesma revista em 1968, em uma edição anterior, fala mais sobre o objetivo do museu

Não é e não será o Museu de Arte Negra um órgão de acumulação ou depósito de um arquivo morto. Sob o critério da seleção estética, informado de Negritude, mas, fundamentalmente sujeito às imposições do humanismo, o MAN não se limitará ao campo exclusivo das artes plásticas. Será instrumento de pesquisas no amplo e vasto universo cultural afro-brasileiro. Aberto a todas as colaborações, desdenhará, entretanto, a incompreensão surda e muda dos conselhos de cultura, esterilizado na burocracia,

prematuramente fenecidos no seu academismo original, ignorando que o típico, o autêntico, o significativo e específico da arte brasileira vêm, indubitavelmente da emoção, da sensibilidade do negro traduzidas em sua manifestação viva de arte, nos seus produtos culturais e estéticos densos de fascinação e amor. (NASCIMENTO, 2015b)

Nessa época, entretanto, Abdias do Nascimento fazia oposição ao regime militar instituído em 1964, participando do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Pouco tempo depois de abrir a exposição do Museu de Arte Negra, vai aos Estados Unidos, buscando diálogo com os movimentos de direitos civis e direitos humanos das populações negras. Com a decretação do AI-5, entretanto, fica impedido de voltar ao país, permanecendo por 13 anos no exílio, vivendo nos EUA e na Nigéria.

E, apesar de todos os esforços, o Museu de Arte Negra nunca saiu do papel, ficando o acervo sob a guarda de Abdias do Nascimento, que continuou colecionando e, também sob a influência de artistas próximos, dedicou-se a elaboração de obras de sua autoria. Este acervo encontra-se atualmente no IPEAFRO. São imagens, conforme se pode perceber abaixo, que entrelaçam-se profundamente com a atuação política de Abdias do Nascimento.



Figura 2: Xango n. 2 (NASCIMENTO, 1978)



Figura 3: Senhora com crianças. (PAULA, 1967)



Figura 4: Retrato de Solano Trindade (PEDROSA, 1967)



O MAN acabou por representar uma importante inovação na área pois dedicava-se, antes de tudo, ao tema da cultura negra como uma vertente específica da arte.

Nosso museu abriga obras de pretos, de brancos, de amarelos, dos homens de todas as raças e nacionalidades. Importam aqueles valores estéticos que só a raça ou a vivência dos valores da raça negra conferem à obra. Por isso o Museu de Arte Negra guarda a importante colaboração de artistas influenciados pela presença do negro, como um Scliar, Ivan Serpa, B. Giorgi, J. P. M. Fonseca, Mário Cravo, Edelweiss, Inimá; por outro lado, o fato de um Volpi, Mabe, Flávio Carvalho, Décio Vieira, Rubens Gerchman, Iberê Camargo, Fayga, Ana Letícia, Benjamim Silva, Jarbas Juarez, Bonadei, W. Levy, Maria Bonomi, Lígia Clark, Campofiorito, Di Preti, Paulo Chaves, J. Assumpção Souza, L. Azevedo, Darel, figurar como colaboradores espontâneos do MAN, revela o alcance ecumênico como seu trabalho é concebido e dinamizado. Livre de qualquer dogmatismo nos propósitos e na ação, o MAN tampouco se submete a um irresponsável ecletismo que não atenda à exigência de valor. (NASCIMENTO, 2015b)

Seguindo-se ao Museu de Arte Negra, outras iniciativas foram construídas dentro da temática. Embora a busca por uma representação e uma valorização da arte africana e afro-brasileira dentro destes espaços seja um objetivo já há muito tempo perseguido, ainda não foi possível se desvencilhar totalmente de um mito de uma democracia racial e da ideia de um passado legítimo escravocrata e negacionista.

A memória da herança africana em práticas culturais reflete esta hierarquia de juízos e valores. Os objetos associados à África, embora celebradas pelo imaginário nacional como parte da cultura popular, nunca recebeu o mesmo prestígio daqueles ligados à cultura européia. Em verdade, muitos deles são até hoje expostos como troféus nos museus da polícia, como acontece no Rio de Janeiro. Outros encontram-se expostos em museus associados às irmandades católicas, pois estas, indo de encontro às autoridades católicas da

época, associaram-se muitas vezes à maçonaria e às instituições africanas, permitindo a socialização e ascensão social de escravos. (SANTOS, 2004)

Com essa mesma abordagem Marcelo Cunha, alerta para a complexidade das discussões sobre a temática,

Esta discussão deve ser conduzida através da análise de que modo, ao longo dos tempos, determinadas categorias e ideias contribuíram para o processo de preservação, distorção ou exclusão destas culturas, refletindo-se sobre o Patrimônio e sua importância enquanto elemento norteador de identidades e construção de imagens sobre nações e memórias daí recorrentes, pensando ainda nas imagens e conceitos como norteadores das políticas patrimoniais. Nesse contexto, devemos identificar quais são os espaços de memórias relativos às culturas africanas e afro-brasileiras entre nós, quais as estratégias utilizadas até então para a preservação ou mesmo a negação das referências acerca da participação do negro na formação da ‘cultura nacional’, da ‘sociedade brasileira’, suas ideias, seus traços definidores e essenciais. (CUNHA, 2003, p. 273–274)

Algumas instituições, assim, têm se destacado no cenário nacional pelo trabalho realizado dentro da temática Afro-Brasileira e Africana<sup>12</sup>. São alguns exemplos:

---

<sup>12</sup> Temática que vem sendo discutida por alguns pesquisadores, como Marcelo Nascimento Cunha em **Teatro de memórias, palco de esquecimentos: Culturas africanas e das diásporas negras em exposições**. Tese de Doutorado em História Social—São Paulo: Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP, 2006. CUNHA, M. N. B. DA. **O Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia: um estudo de caso sobre musealização da cultura afro-brasileira**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação—Salvador: Universidade Federal da Bahia - UFBA, 1999. CUNHA, M. N. B. DA. **Museus e Exposições e suas Representações sobre o Negro no Brasil**. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO CENTRO DE ESTUDOS DO CARIBE NO BRASIL. Salvador, 2008; Myriam Sepúlvera dos Santos nos textos, **Entre o tronco e os Atabaques: a representação do negro nos Museus Brasileiros**.

- *Museu do Negro (Rio de Janeiro/RJ)*: fundado em 1969, é uma instituição privada, vinculada e mantida pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. O Museu funciona nos fundos do prédio da Irmandade. O Acervo que se encontra exposto é constituído de réplica em gesso do mausoléu da Princesa Isabel e do Conde D'Eu, peças de ferro usadas na tortura dos escravos, bustos e quadros de antigos ídolos africanos, como a Escrava Anastácia, Zumbi, o Escravo Desconhecido, o Escravo d'Angola e o Cigano, instrumentos musicais como o atabaque, bem como fotos de Ruth de Souza e outros artistas brasileiros contemporâneos.
- *Museu da Abolição (Recife/PE)*: Criado em 1957, no governo de Juscelino Kubitschek, o Museu da Abolição só foi abrir suas portas em 1983. Atualmente vinculado ao IBRAM, busca discutir a escravidão sob um novo viés, mantendo sua atenção em temas como o racismo, a exclusão, violências, as diversidades culturais e seus reflexos na constituição do Brasil.
- *Museu Afro-Brasileiro (Laranjeiras/SE)*: criado em 1976, se constitui como Museu Histórico, dedicado a investigar a presença do negro na história brasileira. Dedicar-se com especial ênfase ao período da indústria açucareira, mas se destaca por já advogar uma superação do binômio cativo-liberdade dentro do tema das populações de origem africana.
- *Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia (Salvador/BA)*: aberto ao público em 1982, acaba se constituindo sob uma perspectiva um pouco diferente, buscando se consolidar como uma referência em ações de afirmação identitária, superando interpretações meramente ilustrativas de outras instituições. Tem como

---

In: Colóquio Internacional Projeto UNESCO no Brasil: 50 anos depois. Salvador, jan. 2004a. SANTOS, M. S. DOS. Canibalismo da memória: o negro nos museus brasileiros. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 31, 2005; Raul Lody **Negro no Museu Brasileiro: Construindo Identidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

tema as culturas africanas e sua presença no Brasil, apoiando-se em uma ação política que busca a eliminação do racismo e de intolerância religiosas, ligado ao Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia.

- *Museu Afro Brasil (São Paulo/SP)*: criado em 2004, subordinado à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e localizado no Parque do Ibirapuera, o Museu busca incentivar o entendimento da cultura brasileira, africana e afro-brasileiro a partir de diversas obras, desde o século XVI até a contemporaneidade.

Nos últimos anos, outras iniciativas, no entanto, vêm se propondo a tratar a temática, já a luz dessas novas discussões e políticas, de valorização e respeito a diversidade cultural, na tentativa de articular iniciativas para valorização da diversidade, com enfoque nas populações de origem africana, e as políticas para as instituições museológicas.

- *Museu AfroDigital*: Desenvolvido a partir de 2010, busca criar uma galeria digital, com perspectiva interdisciplinar, como espaço privilegiado para o encontro de diversos saberes sobre a chegada e permanência da população africana e de seus descendentes. Enquanto espaço conceitual um museu digital pode contribuir na inclusão da população negra, que tem suas produções culturais e representações identitárias tradicionalmente excluídas de espaços e institucionais formais. A digitalização de informações é um instrumento que pode facilitar a repatriação de documentos e divulgar outros de difícil acesso. Propõe, portanto, uma democratização do acesso ao saber acumulado e a descentralização das formas de conhecimento.
- *Museu Nacional da Memória Afrodescendente (Brasília/DF)*: Com a proposta conceitual final aprovada em 2013, mas ainda em gestação, propõe a construção de um museu nacional sobre o tema, a ser instalado em Brasília. Ligado ao MinC, o Museu busca se tornar referência nos estudos da temática, coroando o processo do Ministério e do IBRAM em articular as questões afro com as políticas de desenvolvimento de museus.

- *Museu Nacional de Cultura Afro Brasileira MUNCAB (Salvador/BA)*: A proposta de criação vem desde 2007, já com apresentação de algumas exposições itinerantes, organizada pela AMAFRO – Sociedade da Cultura Afro-Brasileira, sediada em Salvador. É estruturado a partir de parcerias com Governo Estadual da Bahia e do Governo Federal, e, da UFBA – Universidade Federal da Bahia, através da parceria, com o seu Museu Afro – ligado ao CEAO. Proposta ainda em fase de finalização. “O projeto museológico do MUNCAB propõe a criação de um museu dinâmico, um museu que não se restringe ao passado e que irá dialogar com as linguagens artísticas como o teatro, a dança e a música possibilitando uma maior integração entre o espaço museológico e as escolas públicas, as comunidades carentes e os grupos étnicos como quilombolas e indígenas”.(CAPINAN, 2014)

Analisando, assim, as políticas de Museus e de Promoção de Igualdade Racial, fica evidente que encontram entre elas pouca articulação. Tendo se originado em setores diferentes, há uma falta constante de diálogo entre os dois ramos de iniciativas.

#### **Políticas de Museus e Promoção de Igualdade Racial**

Ano	Museus	Promoção da Igualdade Racial
2003	Política Nacional de Museus	Política de Promoção da Igualdade Racial
	Criação do DEMU	Criação da SEPPIR
	1ª Semana de Museus	Aprovação da Lei 10.639/03
2004	Sistema Brasileiro de Museus	1ª Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial
	1º Fórum de Museus	
2006	Cadastro de Museus	
2007	1ª Primavera de Museus	2ª Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial
		Cadastro de Comunidade Quilombolas (Fundação Palmares)
2009	Criação do Estatuto de Museus	Plano Nacional de Promoção de Igualdade Racial
	Criação do IBRAM	
2010	Plano Nacional de Cultura	Estatuto da Igualdade Racial
	Plano Setorial de Museus	

	Guia de Museus	Sistema de Promoção de Igualdade Racial
	Pontos de Memória	Racial
2011	Museu em Números	
2012		Lei de Cotas
	7ª Primavera de Museus: Museu, Memória e Cultura Afro	
2013		3ª Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial
2014		Plano Setorial de Cultura Afro - Fundação Palmares

Tabela 10: Políticas de Museus e Promoção de Igualdade Racial

Entretanto, em 2013 essas políticas se encontraram durante a 7ª Primavera dos Museus. A iniciativa agregou atividades de museus de todo o país entre os dias 23 e 29 de setembro, e buscou levar o tem “Museus, memória e cultura afro-brasileira” para todos os museus participantes.



Figura 5: Cartaz de divulgação da 7ª Primavera dos Museus (IBRAM, 2015c)

A iniciativa juntou 2.600 eventos em 884 museus, incluindo os 29 museus do IBRAM. Muitos destes museus observaram, pela primeira vez, manifestações da cultura africana e afro-brasileira em seus acervos,

em um importante exercício de reconhecimento da presença destas populações em suas comunidades.

No entanto, é bem verdade que essas iniciativas, pontuais, estão longe de trazer para dentro dos Museus a discussão de forma permanente e crítica. Outras ações devem ser articuladas no plano da prática museológica. As preocupações com os museus e com a promoção da igualdade podem e devem estar relacionadas a todos os níveis da Educação. Destaque na formação dos cursos de graduação em Museologia, nos quais a inclusão de disciplinas sobre cultura e história africana e afro-brasileira, relações étnicorraciais e mesmo sobre outras diversidade culturais, como indígenas e ciganos, assim como relações de gênero e temas como machismo, homofobia e outras formas correlatas de discriminação e preconceito, estes temas latentes na nossa sociedade ainda não são incluídas de forma sistêmica nos nossos currículos. Isso nos leva a afirmar que iniciativas como a Lei 10.639/03 ainda não tiveram o alcance esperado nos currículos das Universidades, embora sua presença, benéfica, já possa ser sentida.

Essa tendência pode ser observada, em um estudo mais apurado, nas grades curriculares dos 15 cursos de graduação em Museologia do país.

#### **Disciplinas sobre a temática Africana e Afro-Brasileira nos Cursos Graduação em Museologia**

<b>Disciplinas</b>			
<b>Estado</b>	<b>Instituição</b>	<b>Obrigatórias</b>	<b>Optativas</b>
BA	Universidade Federal da Bahia – UFBA	Laboratório de cultura material africana e afro-brasileira	
	Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB		Arqueologia de Populações de Origem Africana
		Antropologia do Negro	História e Cultura Afro-Brasileira
DF	Universidade de Brasília – UnB		Estudos Afro-Brasileiros
			História da África Pré-Colonial
			História da África Pré-Colonial II
GO	Universidade Federal de Goiás – UFG		

MG	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG		
	Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP		História da África
PA	Universidade Federal do Pará – UFPA	Antropologia das Populações Afro-Brasileiras	
PE	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	Etnomuseologia	
RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio		
RS	Universidade Federal de Pelotas – UFPEL		
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS		História da Arte Afro-Brasileira
SC	Centro Universitário Barriga Verde – Unibave		
	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC		Estudos Afro-Brasileiros
SE	Universidade Federal do Sergipe – UFS		História da África e da Cultura Afro-Brasileira
SP	Faeca Dom Bosco		

Tabela 11: Disciplinas sobre a temática Africana e Afro-Brasileira nos Cursos Graduação em Museologia em 2015 (Elaborada a partir das grades curriculares de cada curso)

Podemos apontar, assim, a importância de uma profunda articulação entre as políticas públicas para a área de cultura. As iniciativas tanto na área museológica como na área de combate ao racismo e a discriminação podem contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente de sua formação e de sua trajetória, e de uma realidade de inclusão e de valorização da diversidade.

Em um país da dimensão do Brasil, tanto geograficamente como em população, a construção de identidades que abarquem diversas



origens é fundamental. Não há como pensarmos um futuro digno e justo para o país que não inclua o avanço constante no combate a estas questões. A análise da situação em que estamos e do caminho que percorremos até ela deixa claro que muito se avançou, mas também que estamos muito longe do final do caminho. Deste modo a necessidade de construção destas políticas permanece premente, e novos avanços dependem da avaliação das iniciativas já executadas e do reconhecimento da necessidade de um trabalho amplo, contínuo e permanentemente reavaliado, sempre com a participação efetiva das populações envolvidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, compreendemos que o cenário de reconhecimento e construção de políticas sobre o patrimônio sofre um processo de transformação, que deve ser incentivado e aprofundado se quisermos colocar em posição de igualdade as diversas origens da população brasileira. As políticas públicas de ação afirmativa, participação das comunidades e alargamento da visão nacional de patrimônio cultural são passos de grande importância nesse caminho de um Brasil capaz de se reconhecer em suas manifestações, e que contemple e incentive a valorização da diversidade que foi, e continua sendo, marca principal de sua formação cultural, social e política.

Podemos perceber que, desde o final do século XX, transformações de vulto têm ocorrido nas práticas da museologia. Essas mudanças buscam adequar suas práticas a novos paradigmas, que ressignificaram seu lugar nas ciências sociais e provocaram grandes mudanças em processos e dinâmicas da própria sociedade. As instituições museais, neste quadro, passam a desempenhar papel ativo em favor das comunidades que lhe sustentam, trazendo à tona discussões e ações importantes para a sociedade. As políticas públicas têm, assim, ligações indissociáveis com as atividades museológicas.

Embora essas discussões estejam em evidência no cenário acadêmico, por vezes pouco repercutem em um cenário cultural mais amplo, ou de forma direta nas instituições. O arranjo que mantém a interpretação da exclusividade de determinadas etnias na composição da população, ou ao menos da cultura, por exemplo, depende, em grande parte, do controle sobre o acesso a financiamento às atividades culturais. No cenário de pouco incentivo disponível, o papel do governo ainda é de grande proeminência. A partir de 2003, no entanto, o Governo Federal passa a incentivar uma política cultural mais expansiva, aumentando os recursos disponíveis e acenando com avanços institucionais, como a criação do Sistema Brasileiro de Museus e a implementação de uma Política Nacional de Museus. Iniciativas como essas modificaram o panorama, e interpretações divergentes passaram a encontrar, também elas, meios de tornar-se realidade. (OLIVEIRA; SILVA, 2008, p. 12)

Verificamos também, pelo menos desde a Conferência de Durban em 2001, uma forte atuação do Governo Federal no sentido da valorização da diversidade, em especial buscando redefinir o papel

ocupado pelas populações indígenas e de origem africana. Tal redefinição representou, também ela, um forte impulso no sentido de ampliar as interpretações sobre história e cultura, uma vez que permitiu que trabalhos, que já estavam sendo feito, ainda que marginalmente e sem grande impacto na sociedade de uma forma mais geral, se destacassem.

Com o reconhecimento da participação de outras origens na formação do estado-nação, os ideais passam a ser, ao menos, questionados. Por um lado, uma rediviva importância a populações antes marginalizadas ou invisibilizadas, por outro o entendimento de que, ainda que a origem europeia continue importante, há um questionamento sobre a construção dessas identidades. Questionamentos que nos permite ampliar seu alcance, ainda que se mantenha excluindo populações historicamente indesejadas. No entanto, ainda, grande parte da discussão sobre identidade, no decorrer de sua história, foi principalmente sobre isto. Não se trata de definir quem pode pertencer, mas sim apontar, claramente, quem deve ser excluído.

De todo modo até esse momento não há desafio ao corolário proposto por Ilka Boaventura Leite que, ainda que tenha sido construído em relação a Santa Catarina pode, sob certos aspectos, ser estendido a todo o Brasil: “Percorrendo a historiografia, é impressionante o silêncio que paira sobre a população negra”. (LEITE, 1996, p. 43)

Nesse cenário, os museus ocupam posição de destaque. Por sua natureza, muitas vezes são o principal contato entre grande parte das populações e o seu patrimônio cultural. A escolha sobre o que deve ser preservado em seus espaços traz consigo uma escolha sobre o que deve ser lembrado. E mais do que isso, nessa perspectiva a atuação do museu opera no sentido de definir o que deve ser esquecido. Na perspectiva de construção de uma memória institucionalizada, surgida a partir da atuação consciente de seus atores, o museu escolhe, em suas atividades, o que é necessário ou não, e às vezes, o que seria inoportuno manter.

Os museus, ainda que atuem, sob certa medida, contra a passagem do tempo – no sentido de conservar e preservar algo que de outro modo não permaneceria – não estão eles mesmos imunes às condições históricas. Como resultado da ação de pessoas, estão como outras instituições sujeitas a condições que podem ser interpretadas e datadas.

Isso é claro nas decisões de conservação e restaurações do acervo – onde uma decisão pode comprometer a existência do objeto – mas também se aplica a sua atuação nas esferas política e social. Ao assumir

essa sua característica a instituição se torna mais transparente, e favorece o diálogo com o público e a sociedade. Quando nos referimos ao sentido da instituição, no entanto, é clara a prosopopeia. São as atitudes das pessoas que a constroem e mantém, operando através da instituição, que habitam os referidos estudos. Seus objetivos, anseios, construções, atitudes – o por que(m) e o para que(m) - são as primeiras balizas que devem ser definidas no trato com estas instituições, ou melhor, na atuação das pessoas que a formam.

Sob essa perspectiva, a consolidação do campo museal, se não como disciplina científica ao menos como atividade prática, coincide e ocorre paralelamente à construção dessas interpretações, que acabam por tornarem-se hegemônicas.

Assim, acreditamos na importância desta breve análise de documentos, legislações e interpretações sobre políticas públicas no Brasil, com destaque aos museus e à promoção da igualdade racial, como um primeiro passo para a construção de instrumentos de avaliação e qualificação mais específicos para esses segmentos. Ao nosso ver, é fundamental que essas políticas estejam em constante avaliação, buscando avançar e permitir uma atuação mais abrangente e eficaz, nesse caso específico dentro da construção das identidades culturais e seus reflexos no cotidiano das pessoas. Esses esforços, entretanto, esbarram tanto em burocracias e projetos divergentes de poder como em preconceitos e concepções arraigadas em nossa sociedade.

Deste modo, acreditamos que estudos mais aprofundados sobre a temática são necessários, focando na função social dos museus e da museologia e sua interface com a história e cultura africanas e de sua diáspora nas diversas instituições que tratam o patrimônio afro-brasileiro, e que tratem da memória enquanto elemento constitutivo do patrimônio e na construção de representações e de identidades sociais. E que busquem, também, compreender a importância da preservação do patrimônio afro-brasileiro como estratégia de construção de políticas públicas de promoção da igualdade racial e outras políticas de combate ao racismo e à discriminação. Novos estudos podem contribuir, ainda, para a superação de modelos que acabam por excluir significativas parcelas da população brasileira. É nessa perspectiva que orientamos nossa atuação e futuras investigações, tendo sempre em vista o esforço de superação de um discurso de insignificância e invisibilidade dessas populações ao longo da história.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPIAH, K. **Na casa do meu pai: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARIZA, M. G.; SECCHI, L. Criatividade como alternativa para implementar as políticas públicas nos museus. **Políticas Culturais em Revista**, n. 2, p. 149–164, 2013.

AZEVEDO, T. DE. **As elites de cor: Um estudo de ascensão social**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1955.

BALL, S. **Ciclo de políticas/análise de políticas**. In: PALESTRA MINISTRADA PARA PROFESSORES E ALUNOS DA PÓS- GRADUAÇÃO UERJ. Rio de Janeiro, 2009.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971.

BHABHA, H. **Narrating the nation**. Londres: Routledge, 1990.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. . 1996.

BRASIL. Lei 10.639 de 03 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. . 2003.

BRASIL. Parecer CNE/CP 003/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. . 2004.

BRASIL. Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de

janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. . 2008.

BRASIL. Lei 11.906 de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. . 2009 a.

BRASIL. Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. . 2009 b.

BRASIL. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. . 2010.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação sobre museus.** Brasília: Edições Câmara, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil**MinC, , 2006. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil\\_1174326644.pdf](http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil_1174326644.pdf)>. Acesso em: 7 maio. 2014

BRASIL. SEPPPIR. **O que é a SEPPPIR-PR**Página da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República/SEPPPIR-PR, 2015. Disponível em: <<http://www.sepppir.gov.br/sobre>>. Acesso em: 10 abr. 2015

BRIGAGÃO, C. **Endosso de indicação para o Prêmio Nobel da Paz,** 2009. Disponível em:

<[http://www.iara.org.br/site2/docs/versao\\_portugues\\_carta\\_endosso\\_informa.doc](http://www.iara.org.br/site2/docs/versao_portugues_carta_endosso_informa.doc)>

CAPINAN, J. C. **Apresentação.** Disponível em: <<http://www.museuafrobrasileiro.com.br/site/index.php/muncab/apresentacao>>. Acesso em: 8 set. 2015.

CARDOSO, P. DE J. F. (ED.). **Multiculturalismos e educação: Experiências de implementação da Lei 10.639/03 em Santa Catarina.** Itajaí: Casa Aberta, 2008.

CARDOSO, P. DE J. F. **A Vida na escola e a Escola na vida: contribuições para o estudo sobre as experiências dos afrodescendentes em Santa Catarina no século XX** **Multiculturalismo e Populações de origem africana**, 2013. Disponível em: <<http://multiculturalismoepopulacoesafricanas.blogspot.com.br/2007/07/vida-na-escola-e-escola-da-vida.html>>. Acesso em: 30 ago. 2013

CARVALHO, T. **Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Rede Municipal de Educação Infantil de Florianópolis/SC.** Dissertação de Mestrado em Educação—Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2012.

CASTRIOTA, L. B.; RESENDE, M. P. Três Museus, três posturas: diferentes visões acerca da Cultura Afro-Brasileira. **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, v. 1, p. 198–211, 2010.

CERTEAU, M. DE. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAGAS, M. Novos Rumos da Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 2, 1994.



CHAGAS, M. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 13, 1998.

CHAGAS, M. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 19, p. 35–67, 2002.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

COMISSÃO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PESSOAL DE MUSEUS. **Declaração de Lisboa: Resoluções da Comissão Internacional de Formação de Pessoal de Museus** ICTOP/Universidade Lusófona, , 1994.

COPPETE, M. C.; FLEURI, R. M.; STOLTZ, T. Educação para a Diversidade numa perspectiva intercultural. **Revista Pedagógica**, v. 15, n. 28, p. 231–262, jun. 2012.

CUNHA, M. N. B. Memórias afro-brasileiras institucionalizadas: Tentando ler exposições de museus e seus periódicos. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História - PUC/SP**, n. 26, p. 273–283, jun. 2003.

DIAS, M. O. S. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História - PUC/SP**, v. 17, 1998.

DYE, T. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984.

ENCONTRO IBEROAMERICANO DE MUSEUS. **Declaração de Salvador**, 2007.

EXNEMUS. **Cursos.** Disponível em: <<https://exnemusbrasil.wordpress.com/movimento-estudantil/cursos/>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

FERREIRA, R. Dez anos de promoção de igualdade racial: Balanços e desafios. In: SADER, E. (Ed.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2013. p. 361–375.

FREITAS, J. M.; SILVA, L. M. B. DA; FERREIRA, L. G. Ações afirmativas de caráter museológico no Museu AfroBrasileiro/UFBA. **Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n. 2, 2006.

FREY, K. Políticas públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211–259, jun. 2000.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** [s.l.] J. Olympio, 1933.

GEERTZ, C. **Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da Cultura.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GILROY, P. **O Atlântico negro.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais.** São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOMES, J. B. B. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONÇALVES, M. **Estatuto da Igualdade Racial é aprovado.** Disponível em: <<http://of.org.br/noticias-analises/estatuto-da-igualdade-racial-e-aprovado/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

GUIMARÃES, A. S. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos**, n. 61, p. 147–162, nov. 2001.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

IBGE. **Projeção de População - Revisão 2013**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2013/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm)>. Acesso em: 4 set. 2015.

IBRAM. **Política Nacional de Musues: Relatório de Gestão do Exercício de 2003/2010**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM/MinC, 2010a.

IBRAM. **Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020**. Brasília: MinC, 2010b.

IBRAM. **Museu em Números**. [s.l: s.n.].

IBRAM. **Investimento em museus cresceu 980% em uma década, afirma Ibram**. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/investimento-em-museus-cresce-em-uma-decada/>>. Acesso em: 15 abr. 2015b.

IBRAM. **Fórum Nacional de Museus**. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoinformacao/acoes-e-programas/forum-nacional-de-museus/>>. Acesso em: 17 abr. 2015a.

IBRAM. **Semana Nacional de Museus**. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoinformacao/acoes-e-programas/semana-nacional-de-museus/>>. Acesso em: 17 abr. 2015b.

IBRAM. **Primavera dos Museus.** Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/primavera-dos-museus/>>. Acesso em: 17 abr. 2015c.

IBRAM. **Pontos de Memória.** Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/>>. Acesso em: 18 abr. 2015d.

LASSWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland: Meridian Books, 1950.

LEITE, I. B. (ED.). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, M. O. D. A Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea. **Proj. História**, n. 17, nov. 1998.

LIMA, M. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 87, p. 77–95, 2010.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica: Goodyear, 1980.

MACHADO, L. M. R. **Estratégias de representação do negro em Museus do Rio Grande do Sul: o Que se Expõe e o Que se Ensina.** Dissertação de Mestrado em Educação—Canoas: Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, 2013.

MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy Currents**, n. 1-4, fev 1995.

MENDES, L. M. De ilhas a plataformas. In: **Reprograme: comunicação, marca e cultura numa nova era de museus.** Rio de Janeiro: Imã, 2012. p. 12–25.

MENEZES, U. T. B. DE. A problemática da identidade cultural nos museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**, Nova Série. n. 1, p. 207–222, 1993.

MINC. **Entidades Vinculadas**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/entidades-vinculadas>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Museus**. Brasília: MinC, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O que é o REUNI**. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MORAES, N. A. DE. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. **Museologia e Patrimônio**, v. II, n. 1, p. 54–69, jun. 2009.

MOUTINHO, M. **A contemporaneidade da Política Nacional de Museus: um olhar de além mar**. In: 1º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS - A IMAGINAÇÃO MUSEAL: OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA. Salvador, dez. 2004.

MOUTINHO, M. **Definição evolutiva de Sociomuseologia**. Lisboa/Setúbal: Atelier Internacional do MINOM, 2007.

MOUTINHO, M. **The contribution of Ecomuseology and Sociomuseology for Social Harmony** Curso de Estudos Avançados em Museologia/CEAM-ABM, , 2011a.

MOUTINHO, M. **Os museus Portugueses perante a Sociomuseologia**. Lisboa: IGESPAR, 2011b.

NASCIMENTO, A. **Xangô n. 2**, 1978.

NASCIMENTO, A. **Abdias Nascimento fala do Museu de Arte Negra**. Disponível em:

<[http://www.abdias.com.br/museu\\_arte\\_negra/abdias\\_man.htm](http://www.abdias.com.br/museu_arte_negra/abdias_man.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2015a.

NASCIMENTO, A. **Cultura e Estética no Museu de Arte Negra**. Disponível em: <[http://www.abdias.com.br/museu\\_arte\\_negra/museu\\_arte\\_negra.htm](http://www.abdias.com.br/museu_arte_negra/museu_arte_negra.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2015b.

NOGUEIRA, J. C.; NASCIMENTO, T. T. DO (EDS.). **Patrimônio Cultural, Territórios e Identidades**. Florianópolis: Atilênde, 2012.

OLIVEIRA, H. H. DE. **Os entraves para a implementação de políticas públicas no Brasil** Congresso em Foco, 1 nov. 2013. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunistas/os-entraves-para-a-implementacao-de-politicas-publicas-no-brasil/>>. Acesso em: 6 abr. 2015

OLIVEIRA, R. P. **Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987-2006)**. Dissertação de Mestrado em Administração—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007.

OLIVEIRA, R. P.; SILVA, R. C. DA. Instituições e conflitos no campo dos museus de Santa Catarina. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 6, n. 3, p. 1–16, set. 2008.

ORIÁ, R. A Museologia no Brasil: Novo Marco Regulatório. **Seminário Internacional sobre Gestão Museológica: Questões Teóricas e Práticas**, p. 47–52, 2012.

PAULA, I. DE. **Senhora com crianças**, 1967. Disponível em: <[http://www.abdias.com.br/museu\\_arte\\_negra/foto7.htm](http://www.abdias.com.br/museu_arte_negra/foto7.htm)>

PEDROSA, I. **Retrato de Solano Trindade**, 1967.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham: Chatham House, 1986.

PIVA, G. Cultura: políticas públicas e novas visibilidades. In: SADER, E. (Ed.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 285–301.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

PRIMO, J. **A Museologia e as Políticas Culturais Européias: O Caso Português**. Tese de Doutorado em Educação—Porto: Universidade Portucalense Inf. D. Henrique, 2007.

RUBIM, A. A. C. **As políticas culturais do Governo Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. v. 5

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SANTOS, M. S. DOS. Políticas da Memória na Criação dos Museus Brasileiros. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 19, p. 99–120, 2002.

SANTOS, M. S. DOS. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, M. S. DOS. **Entre o tronco e os Atabaques: a representação do negro nos Museus Brasileiros**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PROJETO UNESCO NO BRASIL 50 ANOS DEPOIS. Salvador, jan. 2004.

SANTOS, G. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SCHWARCZ, L. M.; QUEIROZ, R. DA S. (EDS.). **Raça e Diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20–45, jul. 2006.

VARINE-BOHAN, H. DE. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago. In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Eds.). . **A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p. 17–19.

VELHO, G. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 237–248, 2006.

ZANETTI JR., H. **Direitos coletivos lato sensu: a definição conceitual dos direitos difusos, dos direitos coletivos stricto sensu e dos direitos individuais** Academia Brasileira de Direito Processual Civil, , 2014.

ZUBARAN, M. A.; MACHADO, L. M. R. Representações Racializadas de Negros nos Museus: o que se diz e o que se ensina. In: MATTOS, J. R. DE (Ed.). . **Museus e Africanidades**. Porto Alegre: EDIJUC, 2013.

ZUBARAN, M. A.; SILVA, P. B. G. E. Interloquções sobre Estudos Afro-Brasileiros: Pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 130–140, jan. 2012.



Trabalho de Conclusão de Curso de  
Graduação em Museologia no Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Federal de Santa Catarina como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Museologia

Orientadora: Luciana Silveira Cardoso

Coorientador: Paulino de Jesus Francisco  
Cardoso

Florianópolis, 2016